

ARNEIROZ



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022.01.27.1

ORIGEM DA LICITAÇÃO: SECRETARIA DA SAÚDE.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALAR, MÉDICAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL E DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE ARNEIROZ, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICÍPIO, CONFORME ANEXOS DESTA CERTAME.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço.

VIA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

LOCAL DO PREGÃO: www.bllcompras.org.br "Acesso Identificado no link -licitações".

1. INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08hs00min do dia 31/01/2022

2. FIM DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: às 08hs00min do dia 11/02/2022

3. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08hs01min às 08hs59min do dia 11/02/2022

4. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09hs00min do dia 11/02/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ-CE torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro, RICARDO WENDEL MORAIS FEITOSA, nomeado pela Portaria nº 02/2022 de 03 de Janeiro de 2022, juntado ao processo administrativo de que trata esta licitação, receberá e abrirá no horário, data e local acima indicado, as PROPOSTAS DE PREÇOS, os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, referentes à licitação objeto deste instrumento, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação do objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e nos termos do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 alterado pelo Decreto Federal nº 9.488, de 30 de agosto de 2018, Decreto Federal 10.024 de 20 de Setembro de 2019, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal Nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002) e as exigências estabelecidas neste Edital. Nesta licitação serão encontradas palavras, siglas e abreviaturas com os mesmos significados, conforme abaixo:

1. LICITAÇÃO: O procedimento de que trata o presente edital;

2. LICITANTE: Pessoa jurídica que participa desta licitação;

3. HABILITAÇÃO: Verificação atualizada da situação jurídica, qualificação técnica e econômico financeira e regularidade fiscal que seja exigida neste edital, do vencedor da fase de proposta de preços;

4. ADJUDICATÁRIA: Pessoa jurídica vencedora da licitação, à qual será adjudicado o seu objeto;

5. CONTRATANTE: O Município de Arneiroz que é signatário do instrumento contratual;

6. CONTRATADA: Pessoa jurídica a qual foi adjudicado o objeto desta licitação e é signatária do contrato com a Administração Pública;

7. PREGOEIRO: Servidor(a) ou nomeada, designada por ato do titular do Poder Executivo Municipal, que realizará os procedimentos de recebimento das propostas de preços e da documentação de habilitação, abertura, condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço, adjudicação, quando não houver recurso, elaboração da ata, condução dos trabalhos da equipe de apoio e recebimento de impugnação ao edital e recursos contra seus atos;

8. EQUIPE DE APOIO: Equipe designada por ato do titular do Poder Executivo Municipal, formada por, no mínimo, 02 servidores que prestarão a necessária assistência ao Pregoeiro durante a realização do pregão;

9. AUTORIDADE SUPERIOR: É o titular do órgão ou entidade de origem desta licitação, incumbido de definir o objeto da licitação, elaborar seu termo de referência, orçamento e instrumento convocatório, decidir sobre impugnação ao edital, determinar a abertura da licitação, decidir os recursos contra atos do Pregoeiro, adjudicar o objeto ao vencedor, no caso de interposição de recurso, homologar o resultado da licitação por meio eletrônico e promover a celebração do contrato;

10. PMA: Prefeitura Municipal de Arneiroz;

11. DOE: Diário Oficial do Estado;

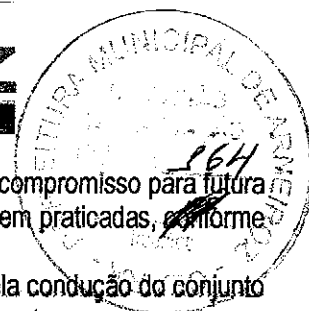
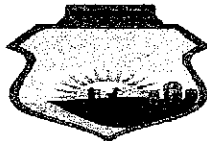
12. ÓRGÃO PROVEDOR DO SISTEMA: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, entidade conveniada com o Município de Arneiroz mediante Termo de Apoio Técnico-Operacional em vigor a partir de 05 de janeiro de 2021.

13. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

CPNJ: 06.748.297/0001-54

PRAÇA JOAQUIM FELIPE 15, CENTRO, ARNEIROZ - CEARÁ

CEP: 63.670-000 FONE: (88) 3419-1020



14. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

15. ÓRGÃO GERENCIADOR: órgão ou entidade da administração pública federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

16. ÓRGÃO PARTICIPANTE: órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;

17. ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE: órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

1 - DO OBJETO

1.1 – REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALAR, MEDICAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL E DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE ARNEIROZ, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DESTA MUNICÍPIO, CONFORME ANEXOS DESTA CERTAME.

1.2 – Compõem o presente Edital, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO (ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS);

ANEXO II – MODELO DE CARTA PROPOSTA;

ANEXO III - MINUTA DE DECLARAÇÕES;

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

2 - DA PARTICIPAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA DECLARAÇÃO.

2.1 - Poderão participar desta licitação pessoa jurídica sob a denominação de sociedades empresárias (sociedades em nome coletivo, em comandita simples, em comandita por ações, anônima e limitada) e de sociedades simples, associações, fundações, e sociedades cooperativas regularmente estabelecidas neste País, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Arneiroz e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor, deste edital, inclusive tendo seus objetivos sociais, compatíveis com o objeto da licitação e previamente credenciadas perante a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, até 01 (um) dia antes da data de realização do pregão, mediante atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível do representante credenciado ou operador da corretora de mercadorias, quando for o caso, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horários estabelecidos neste edital.

2.1.1 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

2.1.2 - Quaisquer dúvidas em relação ao acesso no sistema operacional poderão ser esclarecidas pelo número (41) 3042-9909 ou ainda através de uma corretora de mercadorias associada. A relação completa das corretoras de mercadorias vinculadas a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL - poderá ser obtida no site www.bilcompras.org.br, acesso "corretoras".

2.1.3 – Para participar do pregão o interessado deverá previamente se credenciar junto a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, provedora do sistema, através de corretora de mercadorias associada ou diretamente no site da Bolsa. O licitante deverá estar credenciado, através da corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL por ele indicada, junto à respectiva CRO - Central Regional de Operações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

2.1.4 – O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato, outorgando à corretora associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, poderes específicos de sua representação no pregão.

b) Declaração de fato superveniente impeditivo de habilitação.

2.2 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.3 - Não será admitida a participação dos interessados sob a forma de consórcio.

2.4 - Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido – aplicadas, por força da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

a) *Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, de acordo com o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), TCU/CNJ. O Pregoeiro fará pesquisa no site*



ARNEIROZ



<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> na fase de habilitação, declarando inabilitadas os licitantes que se enquadrem nesta situação;

- b) Cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Prefeitura Municipal de Arneiroz;
- c) Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação, fusão, cisão ou de incorporação;
- d) Reunidos sob forma de consórcio;
- e) Mantendo qualquer tipo de vínculo profissional com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- f) Autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- g) De empresas cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante;
- h) Que seja sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- i) De licitantes que estiverem enquadradas, no que couberem, ao disposto no artigo 9º, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores atualizações;

2.5 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

2.6 - Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.7 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

2.8 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designada, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL: www.bllcompras.org.br

2.9 - As empresas, pessoas físicas ou jurídicas e as sociedades simples interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 2.1.4 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bllcompras.org.br;

2.10 - A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio de corretora contratada para representá-lo, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.11 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.12 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL;

2.13 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.14 - A licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento diretamente no site da Bolsa ou através de uma corretora de mercadorias associada. No caso de optar pelo credenciamento por corretora, a relação completa daquelas vinculadas a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, poderá ser obtida no site www.bll.orgcompras.org.br- acesso "corretoras" até no mínimo 01 (uma) hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

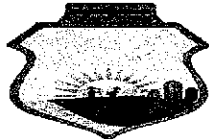
2.15 - O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade;

2.16 - A taxa de utilização de Sistema constitui receita exclusiva da Bolsa para ressarcimento dos custos de desenvolvimento, atualização e manutenção do Sistema e não representa emolumentos ou tarifação pela prestação de serviços, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei nº. 10.520/2002;

2.17 - As corretoras que participarem como representantes de licitantes perante o Sistema poderão negociar livremente a cobrança de outros valores a título de corretagem pelos serviços prestados.

2.18 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear, através do instrumento de mandato, previsto no subitem 5.7.1, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bllcompras.org.br;

2.19 - O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente ou através de corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL por ele indicada, junto à respectiva



ARNEIROZ



CRO - Central Regional de Operações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento;

3- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário do início da disputa.

3.2 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;

3.3 - Os licitantes **encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

3.4 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

3.5 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

3.6 - Ao realizar o cadastro dos valores nos respectivos itens, a licitante fica ciente e anui com os seguintes termos:

- a) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;
- b) Declara, sob as penas da lei, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/2002.
- c) A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.
- a) Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e seus anexos.
- b) A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação de regência, sem prejuízo de qualquer sanção criminal cabível.
- c) Até a abertura da sessão, os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente cadastrada ou substituí-la.
- d) Após abertura do certame, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- e) A proposta será desclassificada se for contrária, expressamente, às normas e exigências deste edital.
- f) Não serão aceitas propostas parciais (quantidade inferior), com relação a cada item.
- g) A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.1- DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

3.1.1-A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

- a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

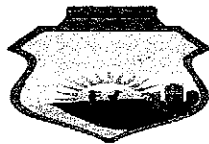
3.1.2-A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

3.1.2.1-Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

3.1.3-Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

3.1.3.1-Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

3.1.4-A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



ARNEIROZ



3.1.5-A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

3.1.6-As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

4 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

4.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2- O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

4.3-A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

4.4-A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

4.5-O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

4.6-O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

4.7-Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.8-O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.

4.9-Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

4.10-O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.11-O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

4.12-Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4.13-A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

4.14-A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

4.15-Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

4.16-Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

4.17-Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.18-Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.19-No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

4.20-Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4.21-O Critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

4.22-Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.23-Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim



ARNEIROZ



como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

4.24-Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

4.25-A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

4.26-Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

4.27-No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.28-A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

4.29-Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

4.29.1-no país;

4.29.2-por empresas brasileiras;

4.29.3-por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

4.29.4-por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

4.30-Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

4.31-Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

4.32-A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

4.33-O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

4.34- Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

4.35-DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

4.35.1-Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

4.35.2-Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

4.35.3-Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

4.35.4-Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

4.35.5-Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

4.35.6-O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sob pena de não aceitação da proposta.

4.35.7-O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

4.35.8-Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo



ARNEIROZ



indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

4.35.9-Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso;

4.35.10-Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

4.35.11-O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

4.35.12-Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

4.35.13-A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

4.35.14-Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

4.35.15-Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

5 - DA HABILITAÇÃO

5.1-Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.2-Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

5.3-A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.4-Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.5-A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.6-O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.7-Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.8-No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

5.9-Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

5.10-Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.11-Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.12-Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

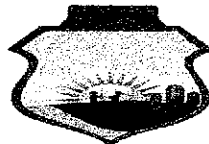
AO PREGOEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022.01.27.1

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

NOME DO LICITANTE:



ARNEIROZ



- 5.13.1- Caso na autenticação conste expressamente que a mesma se refere ao verso e ao anverso do documento, a exigência referente à autenticação de todas as faces do documento fica sem validade.
- 5.13.2 - Caso o documento apresentado seja expedido por instituição que legalmente e com regularidade permite a sua emissão e consulta pela Internet, ao Pregoeiro poderá verificar a autenticidade deste através de consulta junto ao respectivo site.
- 5.13.3 - Para a habilitação jurídica e qualificação técnica, o licitante deverá, nos documentos exigidos neste instrumento convocatório, demonstrar a compatibilidade dos seus objetivos sociais com o objeto da licitação.
- 5.13.4 - Caso o documento apresentado seja expedido por instituição pública que esteja com seu funcionamento paralisado no dia da abertura da sessão pública, a licitante deverá, sob pena de ser inabilitada, apresentar, o referido documento, constando o termo final de seu período de validade coincidindo com o período da paralisação e deverá, quando do término da paralisação, sob pena de ser inabilitada supervenientemente, enviar o documento à Comissão nas condições de autenticação do item 5.13.1, para que seja apensado ao processo de licitação.
- 5.13.5 - A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 5.13.1.
- 5.13.6 - O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.
- 5.13.7 - Os documentos apresentados deverão ser obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.

5.1.1 – DOCUMENTOS HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA

5.1.1.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a). **NO CASO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b). **EM SE TRATANDO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c). **NO CASO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d). **NO CASO DE SOCIEDADE SIMPLES:** ato constitutivo devidamente inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e). **NO CASO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS:** decreto de autorização expedido pelo órgão competente;

OBS: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- f). **ALVARÁ SANITÁRIO** da Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual;
- g). **CÓPIA DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO E CPF** do Titular, no caso de firma individual ou do(s) sócio(s), quando se tratar de sociedade;

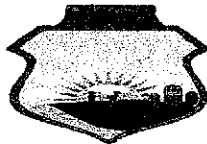
5.1.1.2 – PROVA DE INSCRIÇÃO NA:

- a) Fazenda Federal (CNPJ);
- b) Fazenda Estadual (ICMS/FIC);

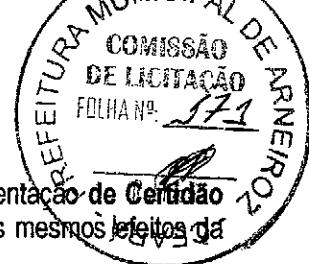
5.1.1.3- RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

Provas de regularidade, em plena validade, para com:

- a) - a **Fazenda Federal** (Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014);
- b) - a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de tributo estadual do domicílio da licitante) - Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) - a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos Municipais) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) - Prova de regularidade fiscal junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);



ARNEIROZ



e) - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)** ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT;

OBS: Caso não seja declarado o prazo de validade da certidão em seu contexto, será considerada o prazo de 30 (trinta) dias da sua emissão. Para efeito de sua validade.

5.1.1.3.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

5.1.1.3.2- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão de Pregões, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme os ditames da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores;

5.1.1.3.3 - A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei no 8.666/93, sendo facultado a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou a revogação da licitação.

5.1.1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1.1.4.1. Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica de fornecimento executados, obrigatoriamente pertinente e compatível com o objeto desta licitação, expedida por entidade pública ou privada, usuária do fornecimento em questão, comprovando a plena satisfação de sua execução. Somente serão considerados válidos os atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo do emitente. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo nome e cargo exercido na entidade, com firma reconhecida em cartório do declarante, estando às informações sujeitas à conferência pelo(a) Pregoeiro(a) ou quem este indicar. Bem como as demais informações:

5.1.1.4.2. Poderá, facultativamente, vir acompanhado junto ao atestado de capacidade técnica para comprovação ao que dispõe o item 5.1.1.4.2, instrumento de nota fiscal/contrato de prestação de fornecimento respectivos ao qual o atestado faz vinculação.

5.1.1.4.3. Comprovação de autorização de funcionamento da empresa licitante expedido pela Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA).

5.1.1.4.4. Certificado de Regularidade da empresa, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia.

5.1.1.4.5. Comprovação de Habilitação legal do técnico responsável pela empresa através de certidão ou carteira profissional expedida pelo Conselho Regional de Farmácia.

5.1.1.5 - RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

5.1.1.5.1 - **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis (DRE) do último exercício fiscal**, já exigíveis, devidamente registrado na junta comercial da sede da licitante, **acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá de assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado. Devidamente assinado pelo contador responsável, sendo vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) **Sociedades empresariais em geral:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhados de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído.

b) **Sociedades empresarias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº.6.404/76:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou, ainda, em jornal de grande circulação editado na localidade em que está a sede da companhia.

c) **Sociedades simples:** registrados no Registro Civil das Pessoas jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresaria, devesse sujeitar-se as normas fixadas para as sociedades empresarias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial.

d) **As empresas constituídas a menos de um ano:** deverão apresentar demonstrativo do Balanço de Abertura, **devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente**, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

5.1.1.5.2 - **Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (artigo 31 da Lei nº 8.666/93) em data não superior a 30 (trinta) dias.

5.1.1.6 - DEMAIS EXIGÊNCIAS:



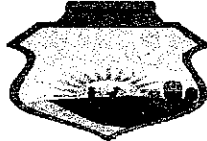
- a) Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que ~~cumpra a proposta~~ prevista no Inciso XXXIII do artigo 7º da constituição federal, combinado com o inciso V do artigo 27 Lei nº 8.666/93 ou seja, de que **não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres**, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz. Sugere-se o **modelo** apresentado neste edital, em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível identificar quem assinou;
- b) Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, declarando, sob as penas da Lei, de que **tem conhecimento de todos os parâmetros e elementos do produto a ser ofertado** e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital, conforme modelo constante dos Anexos deste edital. Contendo o **carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente**, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível identificar quem assinou;
- c). Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, declarando, sob as penas da Lei, de que **conhece e aceita o teor completo do Edital**, ressalvando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação. Sugerimos o modelo constante no edital, em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível identificar quem assinou;
- d). Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, declarando para os devidos fins, sob as penalidades cabíveis, de **não haver fatos impeditivos** quanto a nossa participação em licitações ou contratações com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal. Sugere-se o modelo apresentado neste edital, em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível identificar quem assinou.

6 - ORIENTAÇÕES SOBRE AFASE DE HABILITAÇÃO:

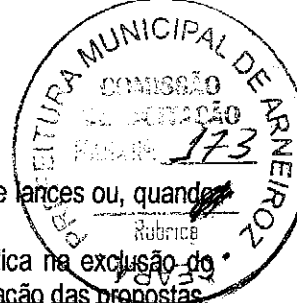
- 6.1 - Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar igualdade de CNPJ/CPF, ressalvando-se aquele que o próprio órgão emissor declara expressamente no referido documento que ele é válido para todos os estabelecimentos-sede e filiais - da licitante.
- 6.2- Caso haja documentos redigidos em idioma estrangeiro, os mesmos somente serão considerados se forem acompanhados da versão em português firmada por tradutor juramentado.
- 6.3- Somente serão aceitos os documentos enviados imediatamente no sistema, não sendo admitido posteriormente, o recebimento pelo Pregoeiro de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo aos entregues ao Pregoeiro, exceto os originais ou cópias autenticadas dos documentos enviados quando solicitado;
- 6.4- As certidões de comprovação de regularidade, bem como as de falência e concordata, caso exigidas neste edital, que não apresentarem expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da sessão.
- 6.5- Ao Pregoeiro poderá, também, solicitar originais de documentos, para fim de verificação, sendo o licitante obrigado a apresentá-los no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados a partir da solicitação, sob pena de, não o fazendo, ser inabilitada.

7 - DOS PROCEDIMENTOS GERAIS

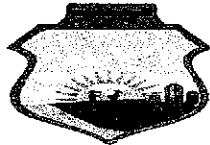
- 7.1 - O credenciamento prévio na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL deverá ser providenciado até 01 (um) dia antes da data e hora de apresentação das propostas constante do preâmbulo deste edital. No horário e data ali mencionados, o licitante apresentará declaração, constando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital, incluindo aquelas que não estejam contempladas pela regularidade perante o Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Arneiroz.
- 7.2 - A partir da hora e data previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico pelo Pregoeiro com a divulgação das propostas de preços recebidas, analisadas a conformidade das mesmas com as especificações técnicas e demais exigências constantes do edital, excetuando-se a análise de preços, que dar-se-á posteriormente, decidindo motivadamente a respeito, e procedendo a classificação exclusivamente daquelas que tenham atendido às exigências deste edital.
- 7.3 - Os lances serão apresentados de forma sucessiva e em preços distintos e decrescentes.
- 7.4 - No caso de desconexão com ao Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando ao Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;
- 7.5 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão;



ARNEIROZ



- 7.6 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;
- 7.7 - A desistência de apresentação de lance por parte de licitante convocado pelo Pregoeiro implica na exclusão do mesmo da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado por ele, para efeito de ordenação das propostas;
- 7.8 - Declarada encerrada, a etapa de lances, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade das ofertas no que se refere à exequibilidade do valor e classificará as propostas na ordem crescente dos valores ofertados.
- 7.9- Quando for constatado o empate, conforme estabelece os Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores, o Pregoeiro aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte, da seguinte forma:
- 7.9.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 7.9.2 - Para efeito do disposto no 7.9.1, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de cinco minutos, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- II - Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.9.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também todos no prazo de cinco minutos cada, sob pena de preclusão;
- III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 7.9.1 deste Edital, será realizado sorteio para definir aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.9.3 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 7.9.2 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.9.4 - O disposto no item 7.9.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 7.10 - Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.
- 7.11 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, e os presentes à sessão serão comunicados.
- 7.12 - Caso o licitante desatenda às exigências de habilitação, ao Pregoeiro realizará análise dos documentos de habilitação do licitante classificado em 2º lugar, e assim sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao edital, podendo ainda ao Pregoeiro negociar diretamente com este, para que seja obtido preço melhor, sendo o mesmo declarado vencedor do certame.
- 7.13 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de **15 (quinze) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 7.14 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 7.15 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 7.16 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 7.17- Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 7.18 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.19 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 7.20 - Somente serão aceitas as objeções mediante petição confeccionada em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, que preencham os seguintes requisitos:
- a) O endereçamento ao Pregoeiro Oficial da Prefeitura de Arneiroz;
 - b) A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada dentro do prazo editalício;
 - c) O fato, o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens contra razoados;
 - d) O pedido, com suas especificações.



ARNEIROZ



7.21 - Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro quando mantiver sua decisão, encaminhará os atos devidamente fundamentado à autoridade competente. (Art. 13, IV do Decreto Federal nº. 10.024/2019).

7.22 - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.23 - Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

7.24 - Caso a Autoridade Superior, não esteja conectada para homologação e/ou adjudicação, a sessão será suspensa e a qualquer momento esses atos serão procedidos, devendo os interessados consultarem o sistema.

7.25 - O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes.

7.26 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

7.27 - Os memoriais deverão estar devidamente assinados por representante legalmente habilitado. Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.

7.28 - A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento as licitantes, no endereço eletrônico <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/> - Portal de Licitações dos Municípios do Estado do Ceará, bem como no flanelógrafo do município, e ainda no campo próprio do sistema promotor. Podendo ainda ser encaminhado no endereço de e-mail, quando informado pelo recorrente na peça recursal.

7.29 - Ao Pregoeiro é facultado suspender qualquer sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar sua reabertura para outra ocasião, fazendo constar esta decisão na ata dos trabalhos.

7.30 - Ao Pregoeiro poderá, para analisar as propostas de preços, os documentos de habilitação e outros documentos, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realizar diligências a fim de obter melhores subsídios para suas decisões.

7.31 - Todos os procedimentos do Pregoeiro e dos licitantes durante as sessões serão registrados em ata divulgada no sistema eletrônico, inclusive a indicação do licitante vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão.

7.32 - Caso o licitante vencedor se recuse injustificadamente a assinar o contrato ou não apresente situação regular, no ato da assinatura do mesmo, a autoridade superior deverá extinguir os efeitos da homologação e da adjudicação através do ato de rescisão e retornará os autos do processo o Pregoeiro.

7.33 - Ao Pregoeiro retornará às atividades de seleção de melhor proposta e convocará outro licitante, observada a ordem de qualificação e classificação, para verificar as suas condições de habilitação e celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.34 - No caso de decretação de feriado que coincida com a data designada para entrega das propostas esta licitação realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e mesmo local, podendo, no entanto, o Pregoeiro definir outra data, e horário, fazendo a publicação e divulgação na mesma forma adotada inicialmente.

7.35 - A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

7.36- Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

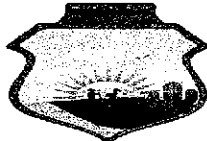
7.36.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

8 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

8.1. A Contratante, além das obrigações resultantes da observância da Lei n.º 8.666/93, deverá obedecer às disposições elencadas na minuta do Termo de Contrato – Anexo a este edital.

9 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada, além das obrigações resultantes da observância da Lei n.º 8.666/93, deverá obedecer às disposições elencadas na minuta do Termo de Contrato – Anexo a este edital.



ARNEIROZ



10 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 10.1 - A adjudicação desta licitação em favor do licitante cuja proposta de preços ou lance, se houver, seja classificado em primeiro lugar, é da competência do PREGOEIRO.
- 10.2 - A homologação deste pregão é da competência do titular da origem desta licitação.
- 10.3 - O titular da origem desta licitação se reserva o direito de não homologar ou revogar o presente processo, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.

11. DA FONTE DE RECURSOS E DA(S) DOTAÇÃO (ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S):

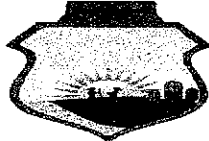
- 11.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no vigente Orçamento Municipal, inerente à Secretaria Contratante quando da elaboração do termo de contrato.
- 11.2. Com base no art. 7º, § 2º do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, preceitua: "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil".

12. DILIGÊNCIA

- 12.1. Em qualquer fase do procedimento licitatório, o(a) Pregoeiro(a) ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Carta Proposta, fixando o prazo para a resposta.
- 12.2. Os licitantes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

13. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 13.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, subscrita pelo Município, através da(s) Secretaria(s) Gestora(s), representada(s) pelo(s) Secretário(s) Ordenador (es) de Despesa, e o(s) licitante(s) vencedor(es), que observará os termos da Lei n.º 8.666/93, da Lei n.º 10.520/02, deste edital e demais normas pertinentes.
- 13.1.1. Integra o presente instrumento o modelo da Ata de Registro de Preços (ANEXO IV) a ser celebrada.
- 13.1.2. Os licitantes além das obrigações resultantes da observância da Legislação aplicável, deverão obedecer às disposições elencadas na Ata de Registro de Preços anexa a este edital.
- 13.2. Homologada a licitação pela autoridade competente, o município de Arneiroz-Ce convocará o licitante vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos do modelo que integra este Edital.
- 13.2.1. O Licitante Vencedor terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir da convocação, para subscrever a Ata de Registro de Preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra justo motivo aceito pelo município de Arneiroz-Ce.
- 13.2.2. A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora de não formalizar a Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido, sujeitará a Licitante à aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 13.2.3. Se o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido é facultado à administração municipal convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das Cartas Propostas, para negociar com os mesmos, com vistas à obtenção de melhores preços, preservado o interesse público e respeitados os valores estimados para a contratação previstos na planilha de custos anexa aos autos processuais.
- 13.2.4. Os contratos de fornecimento decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizados com o recebimento da Autorização de Compra e da Nota de Empenho pela detentora.
- 13.2.4.1. A Nota de Empenho será encaminhada ao 1º classificado para cada lote da Ata de Registro de Preços, quando da necessidade do fornecimento do produto.
- 13.2.4.2. A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 13.3. Incumbirá à administração providenciar a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços nos quadros de aviso dos órgãos públicos municipais, na forma prevista na Lei Orgânica Municipal, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.
- 13.4. A Ata de Registro de Preços só poderá ser alterada em conformidade com o disposto nos artigos, 57, 58 e 65 da Lei n.º 8.666/93.
- 13.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. (Art. 12, § 1º do Decreto 7.892/2013)



13.6. A Ata de Registro de Preços produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de até 12 (doze) meses.

13.7. A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar qualquer contratação, nem ao menos nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

13.8. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o Município optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

13.9. O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no quadro de avisos da Comissão de Licitação da Prefeitura de Arneiroz-Ce e ficarão à disposição durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.10. O Município monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

13.11. O Município convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

13.12. Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes, que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, por fato superveniente.

13.13. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da Carta Proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

13.14. Para efeito de definição do preço de mercado serão considerados os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município para determinado lote.

13.15. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Município poderá convocar os demais fornecedores classificados para formalizarem o Registro de seus Preços, nas mesmas condições do 1º colocado ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

14 – DA FISCALIZAÇÃO

14.1 – A execução do Termo Contratual será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por intermédio de servidor designado pelo Secretário de Pasta do Município de Arneiroz.

14.2 – A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse do Município de Arneiroz.

14.3 - Quaisquer exigências de fiscalização inerentes ao objeto do Termo Contratual deverão ser prontamente atendidas pelo fornecedor, sem qualquer ônus para o Município de Arneiroz.

15 - DO PAGAMENTO

15.1 - O pagamento será efetuado, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto licitado, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o atesto do recebimento, diretamente pela Secretaria de origem, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

15.1.1 - Para fins de pagamento a empresa contratada deverá manter as mesmas condições da habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao CRC ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

15.2 - Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será susado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o Município.

15.3 – A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela Contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

16.1 - Ficarà impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o licitante que:

16.1.1 - Ensejar retardamento da realização do certame.

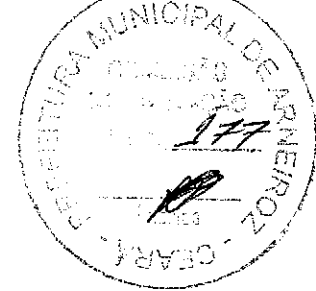
16.1.2 – Cometer fraude fiscal.

16.1.3 - Deixar de apresentar documento exigido para participação no certame.

16.1.4 - Apresentar documento ou declaração falsa.



ARNEIROZ



16.1.5- Não manter a proposta de menor preço ofertado em qualquer fase do certame.

16.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo.

16.1.7-Cometer fraude na entrega do produto, e

16.1.8 - Descumprir prazos.

16.2 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CRC da Prefeitura Municipal de Arneiroz-Ce, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.3 - A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, a advertências, suspensões e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das sanções legais na esfera cível e criminal, além de multas estipuladas na forma a seguir:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor homologado, em caso de recusa do fornecedor em assinar o Termo Contratual em 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.

b) Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, na entrega do produto, sobre o valor global do Contrato.

c) Multa de 10 % (dez por cento) do valor residual do contrato, em caso de:

c.1) Atraso, superior a trinta dias, na entrega do produto.

c.2) Desistência de entregar o produto.

16.4 - As multas previstas nas alíneas anteriores, não serão aplicadas de modo cumulativo.

16.5 - O valor da multa aplicada será deduzido pela Administração por ocasião do pagamento, momento em que a unidade responsável pelo mesmo comunicará à CONTRATADA.

16.6 - As suspensões referentes aos direitos de licitar e contratar com o Município de Arneiroz serão aplicadas à CONTRATADA pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízos para a Administração.

16.7 - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município de Arneiroz será aplicada à CONTRATADA que der causa, por duas vezes, à suspensão prevista no item anterior.

16.8 - As sanções previstas no item 16.7 poderão ser aplicadas à Contratada que:

16.8.1 - Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da Licitação.

16.8.2 - Demonstrar não possuir idoneidade para Contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

16.9 - A inexecução total ou parcial do Contrato, inclusive a sua transferência parcial a outra Empresa, sem prévio assentimento do Órgão/Entidade, enseja sua rescisão com as conseqüentes penalidades previstas legalmente e contratualmente.

16.10 - Para aplicação das sanções previstas neste tópico a licitante será submetida a processo administrativo para apuração dos fatos, garantidos sempre os direitos prévios da citação, da ampla defesa e do contraditório, assegurados pela Constituição Federal de 1988.

17 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

17.2- A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacaoarneiroz@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada na sede do Setor de Licitações do município de Arneiroz no endereço Na Prefeitura Municipal de Arneiroz, localizada na Praça Joaquim Felipe, Nº 15, Centro, Arneiroz-Ce, CEP: 63.670-000.

17.3- Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

17.4-Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

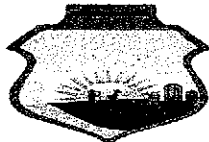
17.5- Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

17.6- O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

17.7- As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.7.1- A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.8- As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.



ARNEIROZ



18. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

18.1. As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "prática obstrutiva":

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

19. DA SUBCONTRAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

19.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte.

20 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

21.2 - A licitante é responsável administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação;

21.3 - Independentemente de declaração expressa, a simples participação neste certame implicará na aceitação plena das condições estipuladas no presente edital e submissão às normas nele contidas.

21.4 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

21.5 - É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

21.6 - A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Prefeitura Municipal de Arneiroz.

21.8 - É vedado ao servidor dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, inclusive Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, participar como licitante, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, do presente processo licitatório;

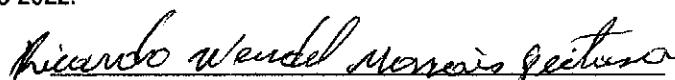
21.9 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Federal nº 10.024/2019 e as normas da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações;

21.10 - O resultado deste Pregão será publicado na forma da sua divulgação.

22 - DO FORO

22.1 - O Foro, designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Termo Contratual, será o da Cidade de Arneiroz - Ceará.

Arneiroz-Ce, 28 de janeiro de 2022.



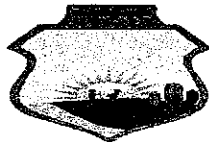
RICARDO WENDEL MORAIS FEITOSA

Pregoeiro Oficial

CPNJ: 06.748.297/0001-54

PRAÇA JOAQUIM FELIPE 15, CENTRO, ARNEIROZ - CEARÁ

CEP: 63.670-000 FONE: (88) 3419-1020



ARNEIROZ



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALAR, MEDICAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL E DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE DE ARNEIROZ, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO, CONFORME ANEXOS DESTE CERTAME.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente aquisição visa o fornecimento de materiais hospitalar, medicamentos e materiais odontológicos, que contribuam para o atendimento dos pacientes e de toda a população atendida pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Hospital Municipal de Arneiroz, para manutenção das atividades precípua e essenciais deste Município.

2.2. O não parcelamento do objeto em itens, nos termos do art 23, §1º, da Lei nº 8.668/1983, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

2.3. O loteamento dos itens faz-se necessário haja vista a celeridade, economia de escala, a eficiência na fiscalização dos contratos e supervisão do fornecimento a ser prestado. Assim com destaque para os princípios da eficiência e economicidade, é imprescindível a licitação por lote.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A contratada para realizar o fornecimento, objeto do presente Contrato obrigará-se -a:

3.1.1. Cumprir integralmente as disposições do Contrato;

3.1.2. Responsabilizar-se pela entrega dos produtos objeto deste contrato, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou produtos inclusive terceiros, ocorridos durante seu fornecimento;

3.1.3. Responsabilizar-se e zelar pelo pagamento de suas dívidas em favor de terceiros envolvidos na execução do objeto contratual, em particular no que se refere às contribuições devidas à Previdência Social, obrigações Trabalhistas, Seguros e aos Tributos à Fazenda Pública em geral;

3.1.4. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.1.5. Atender com presteza e dignidade o fornecimento objeto deste contrato;

3.1.6. Reparar, corrigir, remove ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

3.1.7. Indicar preposto, aceito pela administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. A contratante obrigará-se-a:

4.1.1. Exigir o fiel cumprimento do edital e contrato, bem como zelo na prestação do fornecimento e o cumprimento dos prazos;

4.1.2. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade na entrega dos produtos objeto deste contrato;

4.1.3. Acompanhar e fiscalizar junto a Contratada a execução do objeto contratual;

4.1.4. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste instrumento, bem como zelar pelo cumprimento de todas as cláusulas contratuais;

4.1.5. Assegurar o livre acesso do CONTRATADO e seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessária a execução do objeto licitado, prestando-lhes todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;

5. DO LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS:

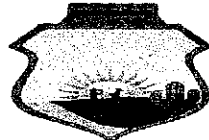
5.1. A realização das compras será de acordo com as solicitações requisitadas pela Contratante, devendo os mesmos serem executados após o recebimento da respectiva Ordem de Compra, junto à sede da Secretaria Municipal competente, ou onde for mencionado na respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 05 (cinco) dias;

5.2. O recebimento dos produtos será efetuado nos seguintes termos:

5.2.1. Os Bens adquiridos deverão ser entregues de forma Parcelada, conforme solicitação da Secretaria Gestora.

5.2.2. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;

5.2.3. Definitivamente após verificação da qualidade do produto, pelo setor responsável pela solicitação e consequentemente aceitação.



ARNEIROZ



5.3. A contratada deverá fornecer os Bens no horário determinado pela Secretaria Contratante.

6. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1 - O presente Instrumento terá vigência até 31 de dezembro de 2022, a contar da data de sua assinatura.

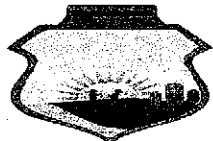
7.0 - PLANILHA DE QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES

LOTE 1 - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	ALGODÃO HIDRÓFILO ROLO/ 250G	RL	200		0
2	ALGODÃO HIDRÓFILO ROLO/ 500G	RL	600		0
3	ALGODÃO ORTOPÉDICO 10CM X 1,8M. PACOTE COM 12 UNIDADES.	PCT	40		0
4	ALGODÃO ORTOPÉDICO 15CM X 1,8M. PACOTE COM 12 UNIDADES.	PCT	40		0
5	ALGODÃO ORTOPÉDICO 20CM X 1,8M. PACOTE COM 12 UNIDADES.	PCT	40		0
6	ATADURA DE CREPOM 06CM X 1,8M PCT/ 12UND	PCT	160		0
7	ATADURA DE CREPOM 08CM X 2,2M PCT/ 12UND	PCT	160		0
8	ATADURA DE CREPOM 10CM X 3M PCT/ 12UND	PCT	400		0
9	ATADURA DE CREPOM 15CM X 3M PCT/ 12UND	PCT	400		0
10	ATADURA DE CREPOM 20CM X 3M PCT/ 12UND	PCT	200		0
11	ATADURA DE CREPOM 25CM X 3M PCT/ 12UND	PCT	200		0
12	ATADURA DE CREPOM 30CM X 1,8M PCT/ 12UND	PCT	200		0
13	COMPRESSA DE GAZE 6,5 X 6,5 - PCT/ 500UND	PCT	600		0
14	COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5 - PCT/ 500UND	PCT	1000		0
15	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO TAMANHO "G" - COM CAMADA ABSORVENTE, PELÍCULA ANTI-UMIDADE, HIPOALERGÊNICA, FORMATO ANATÔMICO COM ADESIVOS LATERAIS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. PACOTE COM 10 UNIDADES.	PCT	600		0
16	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO TAMANHO "M" - COM CAMADA ABSORVENTE, PELÍCULA ANTI-UMIDADE, HIPOALERGÊNICA, FORMATO ANATÔMICO COM ADESIVOS LATERAIS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. PACOTE COM 10 UNIDADES.	PCT	400		0
17	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO TAMANHO "P" - COM CAMADA ABSORVENTE, PELÍCULA ANTI-UMIDADE, HIPOALERGÊNICA, FORMATO ANATÔMICO COM ADESIVOS LATERAIS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. PACOTE COM 10 UNIDADES.	PCT	200		0
18	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO "G" - FORMATO ANATÔMICO, CONTENDO ELÁSTICO NAS PERNAS, COBERTURA INTERNA DE FALSO TECIDO, PELÍCULA ANTI-UMIDADE, POLPA E FLOCOS ABSORVENTES E COBERTURA EXTERNA IMPERMEÁVEL E FITAS ADESIVAS LATERAIS PACOTE COM 10 UNIDADES. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E ATENDER À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO.	PCT	100		0

CPNJ: 06.748.297/0001-54

PRAÇA JOAQUIM FELIPE 15, CENTRO, ARNEIROZ - CEARÁ

CEP: 63.670-000 FONE: (88) 3419-1020

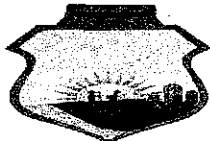


ARNEIROZ



19	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO "M" - FORMATO ANATÔMICO, CONTENDO ELÁSTICO NAS PERNAS, COBERTURA INTERNA DE FALSO TECIDO, PELÍCULA ANTI-UMIDADE, POLPA E FLOCOS ABSORVENTES E COBERTURA EXTERNA IMPERMEÁVEL E FITAS ADESIVAS LATERAIS PACOTE COM 10 UNIDADES. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E ATENDER À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO.	PCT	100		0
20	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO "P" - FORMATO ANATÔMICO, CONTENDO ELÁSTICO NAS PERNAS, COBERTURA INTERNA DE FALSO TECIDO, PELÍCULA ANTI-UMIDADE, POLPA E FLOCOS ABSORVENTES E COBERTURA EXTERNA IMPERMEÁVEL E FITAS ADESIVAS LATERAIS PACOTE COM 10 UNIDADES. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E ATENDER À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO.	PCT	100		0
21	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO "PP" - FORMATO ANATÔMICO, CONTENDO ELÁSTICO NAS PERNAS, COBERTURA INTERNA DE FALSO TECIDO, PELÍCULA ANTI-UMIDADE, POLPA E FLOCOS ABSORVENTES E COBERTURA EXTERNA IMPERMEÁVEL E FITAS ADESIVAS LATERAIS PACOTE COM 10 UNIDADES. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E ATENDER À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO.	PCT	100		0
22	GAZE EM ROLO 91X91	RL	400		0
TOTAL					0

LOTE 2 - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	ALMOTOLIA DE PLÁSTICO COLORIDA 250 ML	UND	60		0
2	ALMOTOLIA DE PLÁSTICO TRANSPARENTE 250 ML	UND	60		0
3	ALMOTOLIA PLÁSTICA COLORIDA 500ML	UND	60		0
4	ALMOTOLIA PLÁSTICA TRANSPARENTE 500ML	UND	60		0
5	CAMPO OPERATÓRIO 45 CM X 50 CM - C/ 50 UNID.	PCT	20		0
6	COLAR CERVICAL P/ RESGATE (C/ REGULAGEM) (G)	UND	6		0
7	COLAR CERVICAL P/ RESGATE (C/ REGULAGEM) (M)	UND	6		0
8	COLAR CERVICAL P/ RESGATE (C/ REGULAGEM) (P)	UND	6		0
9	DESCARTEX 07L	UND	600		0
10	DESCARTEX 13L	UND	600		0
11	DESCARTEX 20L	UND	600		0



ARNEIROZ



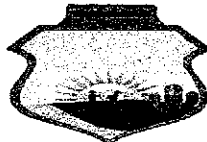
12	ELETRODO DESCARTÁVEL - ADULTO - PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	30		
13	EQUIPO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL	UND	600		
14	EQUIPO PARA SORO MACRO-GOTAS	UND	12000		
15	EQUIPO PARA SORO MICROGOTAS	UND	2000		0
16	EQUIPO PARA TRANSFUSÃO DE SANGUE	UND	200		0
17	ESPARADRAPO COMUM 10CM X 4,5M	RL	2000		0
18	ESPARADRAPO COMUM 2,5CM X 4,5M	RL	480		0
19	ESPARADRAPO COMUM 5CM X 4,5M	RL	1000		0
20	ESPARADRAPO MICROPORE IMPERMEÁVEL 50MM X 10M	UND	480		0
21	EXTENSOR P/ EQUIPO 200 MM SLIP MULTIVIAS	UND	6000		0
22	FITA ADESIVA BRANCA HOSPITALAR 19MM X 50M	RL	600		0
23	FITA P/ AUTOCLAVE 19MM X 30M	RL	400		0
24	FRASCO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL	UND	600		0
25	INDICADOR BIOLÓGICO QUÍMICO C/ 50 UND	CX	4		0
26	INDICADOR BIOLÓGICO TESTE C/ 50 UND	CX	4		0
27	PAPEL PARA ELETROCARDIOGRAMA 216MM X 30M	RL	40		0
TOTAL					0

LOTE 3 - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	AGULHA DESCARTÁVEL 13 X 4,5	UND	3.000		0
2	AGULHA DESCARTÁVEL 20 X 5,5	UND	2.000		0
3	AGULHA DESCARTÁVEL 22 X 5,5	UND	1.500		0
4	AGULHA DESCARTÁVEL 25 X 7,0	UND	3.000		0
5	AGULHA DESCARTÁVEL 25 X 8,0	UND	3.000		0
6	AGULHA DESCARTÁVEL 40 X 12	UND	1.000		0
7	AGULHA PARA COLETA SANGUE A VACUO 20/5,5	UND	1.000		0
8	AGULHA PARA COLETA SANGUE A VACUO 25/7	UND	1.000		0
9	AGULHA PARA COLETA SANGUE A VACUO 25/8	UND	1.000		0
10	CATETER INTRAVENOSO Nº 14G	UND	1.000		0
11	CATETER INTRAVENOSO Nº 16G	UND	1.000		0
12	CATETER INTRAVENOSO Nº 18G	UND	1.000		0
13	CATETER INTRAVENOSO Nº 20G	UND	1.000		0
14	CATETER INTRAVENOSO Nº 22G	UND	2.000		0
15	CATETER INTRAVENOSO Nº 24G	UND	2.000		0
16	CATETER NASAL P/ OXIGÊNIO (TIPO ÓCULOS) ADULTO	UND	1.000		0
17	CATETER NASAL P/ OXIGÊNIO (TIPO ÓCULOS) INFANTIL	UND	600		0
18	SCALP Nº 19	UND	2.000		0
19	SCALP Nº 21	UND	8.000		0
20	SCALP Nº 23	UND	8.000		0
21	SCALP Nº 25	UND	8.000		0
22	SCALP Nº 27	UND	5.000		0
23	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML COM AGULHA	UND	10.000		0
24	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML SEM AGULHA	UND	6.000		0
25	SERINGA DESCARTÁVEL 20ML COM AGULHA	UND	10.000		0
26	SERINGA DESCARTÁVEL 20ML SEM AGULHA	UND	10.000		0
27	SERINGA DESCARTÁVEL 3ML COM AGULHA	UND	10.000		0
28	SERINGA DESCARTÁVEL 3ML SEM AGULHA	UND	5.000		0

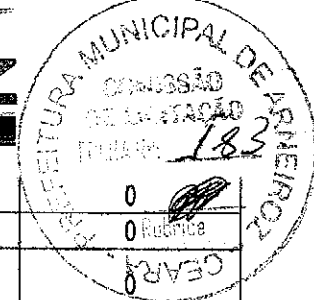
CPNJ: 06.748.297/0001-54

PRAÇA JOAQUIM FELIPE 15, CENTRO, ARNEIROZ - CEARÁ

CEP: 63.670-000 FONE: (88) 3419-1020



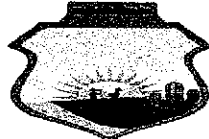
ARNEIROZ



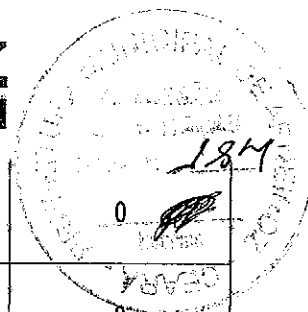
29	SERINGA DESCARTÁVEL 5ML COM AGULHA	UND	10.000		
30	SERINGA DESCARTÁVEL 5ML SEM AGULHA	UND	5.000		
31	SERINGA DESCARTÁVEL 60ML COM BICO ROSQUEADO - COM AGULHA	UND	500		
32	SERINGA DESCARTÁVEL 1ML COM AGULHA 13X4,5	UND	5.000		
TOTAL					0

LOTE 4 - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	AVENTAL (BATA) MANGA LONGA - TAMANHO M - COR BRANCA. C/ 10 UND	PCT	4000		0
2	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 6,5	PAR	1200		0
3	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,0	PAR	2000		0
4	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,5	PAR	2000		0
5	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8,0	PAR	1200		0
6	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8,5	PAR	1200		0
7	LUVA DE PROCEDIMENTO "G" CX/ 100UND	CX	400		0
8	LUVA DE PROCEDIMENTO "M" CX/ 100UND	CX	1000		0
9	LUVA DE PROCEDIMENTO "P" CX/ 100UND	CX	1200		0
10	LUVA DE PROCEDIMENTO "PP" CX/ 100UND	CX	400		0
11	LUVA PARA NITRILIO TAMANHO GRANDE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	160		0
12	LUVA PARA NITRILIO TAMANHO MÉDIO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	160		0
13	LUVA PARA NITRILIO TAMANHO PEQUENO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	160		0
14	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL PCT/ 50UND	CX	4000		0
15	MÁSCARA DE PROTEÇÃO Nº 95	UND	2000		0
16	ÓCULOS DE PROTEÇÃO EM ACRÍLICA	UND	40		0
17	PRÓ-PÉ DESCARTÁVEL PCT/ 100UND	PCT	600		0
18	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL	UND	80		0
19	TOUCA DESC. C/ ELÁSTICO PCT/ 100UND	PCT	400		0
TOTAL					0

LOTE 5 - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	CATGUT CROMADO "0" C/ AG 4 CM	CX	8		0
2	CATGUT CROMADO "1" C/ AG 4 CM	CX	8		0
3	CATGUT CROMADO "2,0" C/ AG 4 CM	CX	8		0
4	CATGUT CROMADO "3,0" C/ AG 4 CM	CX	8		0
5	CATGUT CROMADO "4,0" C/ AG 4 CM	CX	8		0
6	CATGUT SIMPLES "0" C/ AG 4 CM	CX	8		0
7	CATGUT SIMPLES "1" C/ AG 4 CM	CX	8		0
8	CATGUT SIMPLES "2,0" C/ AG 4 CM	CX	8		0
9	CATGUT SIMPLES "3,0" C/ AG 4 CM	CX	8		0
10	CATGUT SIMPLES "4,0" C/ AG 4 CM	CX	8		0
11	FIO DE ALGODÃO "0" - FIO DE ALGODÃO 0-45CM AGULHADO. DATA DE FABRICAÇÃO COM DATA DE VALIDADE. CAIXA COM 24 UNIDADES.	CX	16		0
12	FIO DE ALGODÃO "0" - FIO DE ALGODÃO 0-45CM NÃO AGULHADO. DATA DE FABRICAÇÃO COM DATA DE VALIDADE. CAIXA COM 24 UNIDADES.	CX	16		0



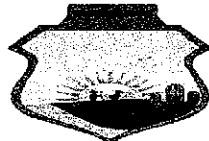
ARNEIROZ



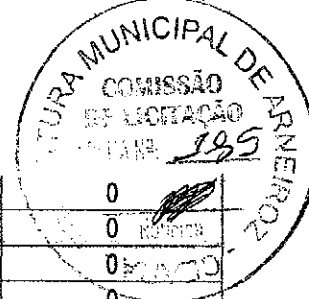
13	FIO DE ALGODÃO "2-0" - FIO DE ALGODÃO 0-45CM AGULHADO. DATA DE FABRICAÇÃO COM DATA DE VALIDADE. CAIXA COM 24 UNIDADES.	CX	16		0
14	FIO DE ALGODÃO "2-0" - FIO DE ALGODÃO 0-45CM NÃO AGULHADO. DATA DE FABRICAÇÃO COM DATA DE VALIDADE. CAIXA COM 24 UNIDADES.	CX	16		0
15	FIO NYLON PRETO Nº 0 CX/24 COM AGULHA DE 20MM	CX	10		0
16	FIO NYLON PRETO Nº 1 CX/24 COM AGULHA DE 20MM	CX	10		0
17	FIO NYLON PRETO Nº 2 CX/24 COM AGULHA DE 20MM	CX	10		0
18	FIO NYLON PRETO Nº 3 CX/24 COM AGULHA DE 20MM	CX	40		0
19	FIO NYLON PRETO Nº 4 CX/24 COM AGULHA DE 20MM	CX	20		0
20	FIO NYLON PRETO Nº 5 CX/24 COM AGULHA DE 20MM	CX	30		0
21	FIO NYLON PRETO Nº 6 CX/24 COM AGULHA DE 20MM	CX	20		0
22	FIO SEDA "1-0" C/ AG 4 CM ;CAIXA COM 24 ENVELOPES.	CX	20		0
23	FIO SEDA "2-0" C/ AG 4 CM ;CAIXA COM 24 ENVELOPES.	CX	20		0
24	FIO SEDA "4-0" C/ AG 4 CM ;CAIXA COM 24 ENVELOPES.	CX	60		0
TOTAL					0

LOTE 6 - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA EM MADEIRA PCT/ 100UND	PCT	200		0
2	ABSORVENTE PÓS PARTO - PCT COM 20 UNIDADES.	PCT	200		0
3	CLAMP UMBILICAL DESCARTÁVEL	UND	300		0
4	ESCOVINHA CERVICAL - PCT C/100 UNIDADES.	PCT	100		0
5	ESPECULO VAGINAL GRANDE	UND	1000		0
6	ESPECULO VAGINAL MEDIO	UND	2000		0
7	ESPECULO VAGINAL PEQUENO	UND	2000		0
8	ESTÁTULA DE AYRES - PCT C/ 100 UNIDADES.	PCT	100		0
9	PINÇA DE CHERON DESC.	UND	2000		0
10	TORNEIRINHA 03 VIAS	UND	400		0
TOTAL					0

LOTE 7 - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	APARELHO MEDIDOR DE GLICEMIA	UND	20		0
2	APARELHO PARA NEBULIZAÇÃO	UND	20		0
3	DETECTOR FETAL PORTÁTIL	UND	10		0
4	ESFIGMOMANOMETRO + ESTETOSCÓPIO	KIT	30		0
5	FITA PARA GLICEMIA - (CAIXA COM 50 FITAS). A EMPRESA DEVERÁ OFERTAR APARELHOS COMPATÍVEL COM AS FITAS.	CX	200		0
6	KIT COMPLETO P/ AEROSOL ADULTO	UND	60		0



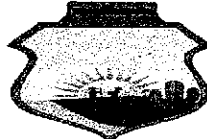
ARNEIROZ



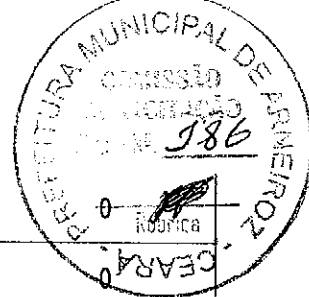
7	KIT COMPLETO P/ AEROSOL INFANTIL	UND	60		0
8	LANTERNA CLINICA	UND	10		0
9	MASCARA ALTA CONCENTRAÇÃO ADULTO	UND	40		0
10	MASCARA ALTA CONCENTRAÇÃO INFANTIL	UND	20		0
11	MASCARA DE VENTURI ADULTA	UND	20		0
12	MASCARA VENTURI INFANTIL	UND	20		0
13	OTOSCÓPIO	UND	10		0
14	OXÍMETRO DE DEDO PORTÁTIL PARA USO ADULTO	UND	20		0
TOTAL					0

LOTE 8 - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	LÂMINA P/ BISTURI Nº 10	UND	2000		0
2	LÂMINA P/ BISTURI Nº 11	UND	2000		0
3	LÂMINA P/ BISTURI Nº 12	UND	2000		0
4	LÂMINA P/ BISTURI Nº 15	UND	2000		0
5	LÂMINA P/ BISTURI Nº 18	UND	2000		0
6	LÂMINA P/ BISTURI Nº 20	UND	2000		0
7	LÂMINA P/ BISTURI Nº 22	UND	2000		0
8	LÂMINA P/ BISTURI Nº 23	UND	2000		0
9	LÂMINA P/ BISTURI Nº 24	UND	2000		0
10	LÂMINA PONTA FOSCA P/ MICROSCOPIA. CX/ C 50	CX	40		0
11	LAMÍNULAS 22X22 CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	100		0
12	LANCETA ESTÉRIL CALIBRE 28G PARA COLETA DE SANGUE CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	100		0
TOTAL					0

LOTE 9 - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	BOLSA PARA COLOSTOMIA	UND	60		0
2	COLETOR DE URINA INFANTIL EM SISTEMA ABERTO FEMININO 100ML.	UND	160		0
3	COLETOR DE URINA INFANTIL EM SISTEMA ABERTO MASCULINO 100ML.	UND	160		0
4	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO 2000ML	UND	2000		0
5	COLETOR UNIVERSAL 80 ML	UND	4000		0
6	PAPEL CREPADO 100 X 100 CM	UND	1000		0
7	PAPEL CREPADO 40 X 40 CM	UND	1000		0
8	PAPEL CREPADO 50 X 50 CM	UND	1000		0
9	PAPEL CREPADO 60 X 60 CM	UND	1000		0
10	PAPEL CREPADO 80 X 80 CM	UND	1000		0
11	PAPEL CREPADO 90 X 90 CM	UND	1000		0
12	PAPEL GRAU CIRURGICO 100X100	RL	24		0
13	PAPEL GRAU CIRURGICO 120X100	RL	24		0
14	PAPEL GRAU CIRURGICO 150X100	RL	40		0
15	PAPEL GRAU CIRURGICO 200X100	RL	40		0
16	PAPEL GRAU CIRURGICO 250X100	RL	24		0
17	PAPEL GRAU CIRURGICO 300X100	RL	24		0
18	PAPEL GRAU CIRURGICO 50X100	RL	24		0
19	PAPEL LENÇOL DESCART. 50X50	RL	120		0
20	PAPEL LENÇOL DESCART. 70X50	RL	200		0



ARNEIROZ



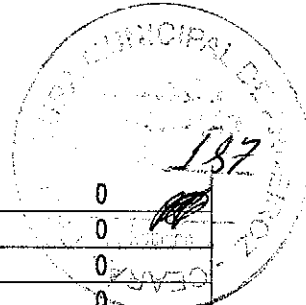
21	PULSEIRA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RECÉM-NASCIDO - NA COR AZUL.	UND	600		
22	PULSEIRA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RECÉM-NASCIDO - NA COR ROSA.	UND	600		
23	REANIMADOR MANUAL ADULTO (AMBU)	UND	8		0
24	REANIMADOR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU)	UND	8		0
25	SACO COLETOR DE URINA 2 LTS DESC.	UND	8000		0
TOTAL					0

LOTE 10 - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	FILME PARA RAO - X 18X24 C/ 100 FLS	CX	12		0
2	FILME PARA RAO - X 24X30 C/ 100 FLS	CX	12		0
3	FILME PARA RAO - X 30X40 C/ 100 FLS	CX	12		0
4	FILME PARA RAO - X 35X35 C/ 100 FLS	CX	12		0
5	FILME PARA RAO - X 35X43 C/ 100 FLS	CX	12		0
6	FIXADOR AUTOMÁTICO PARA RAO-X, GALÃO DE 20 LITROS.	GL	16		0
7	REVELADOR AUTOMÁTICO PARA RAO-X, GALÃO DE 20 LITROS.	GL	16		0
8	SUPORTE P/ PELÍCULA DE RAO-X	UND	20		0
TOTAL					0

LOTE 11 - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	CÂNULA DE GUEDEL Nº 01	UND	20		0
2	CÂNULA DE GUEDEL Nº 02	UND	20		0
3	CÂNULA DE GUEDEL Nº 03	UND	20		0
4	CÂNULA DE GUEDEL Nº 04	UND	20		0
5	CÂNULA DE GUEDEL Nº 05	UND	20		0
6	DRENO DE PENROSE Nº 1	UND	24		0
7	DRENO DE PENROSE Nº 2	UND	24		0
8	DRENO DE PENROSE Nº 3	UND	24		0
9	DRENO DE PENROSE Nº 4	UND	24		0
10	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 04	UND	240		0
11	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 06	UND	240		0
12	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08	UND	240		0
13	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 10	UND	240		0
14	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12	UND	600		0
15	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14	UND	600		0
16	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 16	UND	240		0
17	SONDA DE FOLEY 2 VIAS Nº 10	UND	80		0
18	SONDA DE FOLEY 2 VIAS Nº 11	UND	80		0
19	SONDA DE FOLEY 2 VIAS Nº 12	UND	80		0
20	SONDA DE FOLEY 2 VIAS Nº 14	UND	200		0
21	SONDA DE FOLEY 2 VIAS Nº 16	UND	200		0
22	SONDA DE FOLEY 2 VIAS Nº 18	UND	200		0
23	SONDA DE FOLEY 2 VIAS Nº 20	UND	80		0
24	SONDA DE FOLEY 2 VIAS Nº 22	UND	80		0
25	SONDA DE FOLEY 3 VIAS Nº 10	UND	60		0
26	SONDA DE FOLEY 3 VIAS Nº 11	UND	60		0
27	SONDA DE FOLEY 3 VIAS Nº 12	UND	60		0
28	SONDA DE FOLEY 3 VIAS Nº 14	UND	60		0

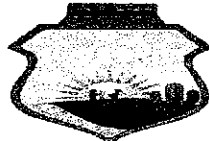


ARNEIROZ

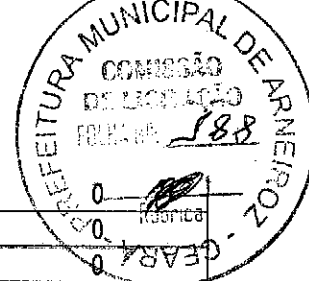


29	SONDA DE FOLEY 3 VIAS Nº 16	UND	60	0
30	SONDA DE FOLEY 3 VIAS Nº 18	UND	60	0
31	SONDA DE FOLEY 3 VIAS Nº 20	UND	60	0
32	SONDA DE FOLEY 3 VIAS Nº 22	UND	60	0
33	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 04	UND	240	0
34	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 06	UND	240	0
35	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 08	UND	240	0
36	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 10	UND	240	0
37	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 12	UND	240	0
38	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 14	UND	240	0
39	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 16	UND	240	0
40	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 04 (ESTOMACAL)	UND	240	0
41	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 06 (ESTOMACAL)	UND	240	0
42	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 08 (ESTOMACAL)	UND	240	0
43	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 10 (ESTOMACAL)	UND	240	0
44	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 12 (ESTOMACAL)	UND	240	0
45	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 14 (ESTOMACAL)	UND	400	0
46	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 16 (ESTOMACAL)	UND	400	0
47	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 18 (ESTOMACAL)	UND	400	0
48	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 20 (ESTOMACAL)	UND	240	0
49	SONDA URETRAL DESCARTÁVEL Nº 04 C/10	PCT	100	0
50	SONDA URETRAL DESCARTÁVEL Nº 06 C/10	PCT	100	0
51	SONDA URETRAL DESCARTÁVEL Nº 08 C/10	PCT	100	0
52	SONDA URETRAL DESCARTÁVEL Nº 10 C/10	PCT	1000	0
53	SONDA URETRAL DESCARTÁVEL Nº 12 C/10	PCT	1200	0
54	SONDA URETRAL DESCARTÁVEL Nº 14 C/10	PCT	100	0
55	SONDA URETRAL DESCARTÁVEL Nº 16 C/10	PCT	100	0
56	TUBO DE SILICONE Nº 204	MT	120	0
57	TUBO ENDOTRAQUEAL 2,0 COM BALÃO	UND	24	0
58	TUBO ENDOTRAQUEAL 2,5 COM BALÃO	UND	24	0
59	TUBO ENDOTRAQUEAL 3,0 COM BALÃO	UND	24	0
60	TUBO ENDOTRAQUEAL 3,5 COM BALÃO	UND	24	0
61	TUBO ENDOTRAQUEAL 4,0 COM BALÃO	UND	24	0
62	TUBO ENDOTRAQUEAL 4,5 COM BALÃO	UND	24	0
63	TUBO ENDOTRAQUEAL 5,0 COM BALÃO	UND	24	0
64	TUBO ENDOTRAQUEAL 5,5 COM BALÃO	UND	24	0
65	TUBO ENDOTRAQUEAL 6,0 COM BALÃO	UND	24	0
66	TUBO ENDOTRAQUEAL 6,5 COM BALÃO	UND	24	0
67	TUBO LÁTEX Nº 200	MT	120	0
TOTAL				0

LOTE 12 - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	ÁCIDO ACÉTICO -1000 ML	LT	48		0
2	ÁCIDO TRICLOACÉTICO 80% - 1000 ML	LT	12		0



ARNEIROZ



3	ÁGUA DESTILADA 1000 ML	LT	360		
4	ÁGUA DESTILADA 5 LITROS	GL	48		
5	ÁGUA OXIGENADA USO HOSPITALAR 1000ML	LT	100		
6	ÁLCOOL ABSOLUTO 99,3° INPM 1000 ML	LT	240		0
7	ÁLCOOL ETÍLICO À 70% 1000 ML	LT	1000		0
8	ÁLCOOL GEL - SOLUÇÃO DE 70% 500 ML (440G)	FR	1000		0
9	ÁLCOOL GEL - SOLUÇÃO DE 70% 5000 ML	GL	60		0
10	ÁLCOOL IODADO 1%, SOLUÇÃO TÓPICA, 1000ML	LT	48		0
11	CLOREXEDINE 0,12% FRASCO 250ML	FR	100		0
12	CLOREXIDINA 0,2% SOLUÇÃO AQUOSA. FRASCO CONTENDO 1000ML	LT	48		0
13	CLOREXIDINA 0,5% SOLUÇÃO ALCOÓLICA. FRASCO CONTENDO 1000ML	LT	48		0
14	DETERGENTE ENZIMÁTICO 1.000 ML	LT	72		0
15	ÉTER SULFÚRICO FRASCO 1000ML	LT	48		0
16	FORMOL 10% - 1000 ML.	LT	40		0
17	GEL LUBRIFICANTE PARA ECG - CONTENDO 5 LITROS.	GL	60		0
18	GEL LUBRIFICANTE PARA ULTRASSOM - CONTENDO 5 LITROS.	GL	60		0
19	GLUTARON PI/ 28 DIAS 5 LITROS	GL	20		0
20	LUGOL 2%	LT	30		0
21	ÓLEO DE GIRASSOL 50 ML	FR	60		0
22	PVPI DEGERMANTE FRASCO 1000ML	LT	72		0
23	PVPI TÓPICO FRASCO 1000ML	LT	72		0
24	SABÃO LÍQUIDO FRASCO 1000ML	LT	200		0
25	VASELINA LÍQUIDA 1000 ML	LT	96		0
TOTAL					0

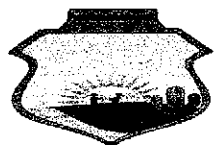
LOTE 13 - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	METRONIDAZOL 100 ML INJ.	FR	480		0
2	SOL. DE GLICERINA 12% 500 ML	FR	360		0
3	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100 ML	AMP	6000		0
4	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250ML	AMP	4000		0
5	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML	AMP	8000		0
6	SORO GLICO-FISIOLÓGICO 500ML	AMP	2000		0
7	SORO GLICOSADO 100ML	AMP	2400		0
8	SORO GLICOSADO 250ML	AMP	4000		0
9	SORO GLICOSADO 500ML	AMP	4000		0
10	SORO RINGER COM LACTATO 500ML	AMP	3000		0
TOTAL					0

LOTE 14 - MEDICAMENTOS					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG INJ	AMP	600		0
2	ÁGUA DESTILADA 500ML	FR	400		0
3	ÁGUA PI/ INJEÇÃO 10 ML	AMP	2800		0
4	AMINOFILINA 240 MG INJ.	AMP	600		0
5	AMIODARONA 50 MG / 3ML INJ.	AMP	1000		0
6	AMPICILINA 1G	AMP	1000		0
7	AMPICILINA 500MG	AMP	1000		0
8	ATROPINA 25MG/1ML	AMP	400		0

CPNJ: 06.748.297/0001-54

PRAÇA JOAQUIM FELIPE 15, CENTRO, ARNEIROZ - CEARÁ

CEP: 63.670-000 FONE: (88) 3419-1020



ARNEIROZ



9	BETA 30 5 MG 2 MG / ML	AMP	200		
10	BROMOPRIDA 5MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 2ML	AMP	2000		
11	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG / 1 ML	AMP	2000		0
12	CEDILANIDE 0,2 MG / 2 ML	AMP	600		0
13	CEFALOTINA 1G	AMP	1000		0
14	CEFAZOLINA 1G PÓ SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	400		0
15	CEFTRIAXONA 1 G IV PÓ INJ.	AMP	4000		0
16	CEFTRIAXONA 1G IM	AMP	600		0
17	CETOPROFENO 100 MG 5 ML IV INJ.	AMP	2000		0
18	CETOPROFENO 2 ML IM 50 MG INJ.	AMP	2000		0
19	ENOXAPARINA SÓDICA 20 MG 0,2 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	200		0
20	ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG 0,4 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	1000		0
21	ENOXAPARINA SÓDICA 60 MG 0,6 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	200		0
22	ESCOPOLOAMINA + DIPIRONA SÓDICA 4 MG/ML + 500 MG/ML	AMP	4000		0
TOTAL					0

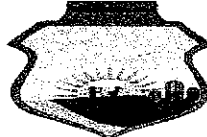
LOTE 15 - MEDICAMENTOS					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	CLORIDRATO DE DOBUTAMINA 12,5MG/ML 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	120		0
2	CLORIDRATO DE DOPAMINA 5MG/ML 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	120		0
3	CLORIDRATO DE TETRACICLINA 1% + CLORIDRATO DE FENILEFRINA 0,1% (SOLUÇÃO OFTALMOLÓGICA)	FR	12		0
4	EPINEFRINA (ADRENALINA)	AMP	600		0
5	ETILEFRINA 10MG/ML 1ML	AMP	600		0
6	FENOTEROL GTS	FR	200		0
7	FERROMALTOSE (NORIPURUM) 5 ML 100MG/2ML INJ	AMP	100		0
8	FUROSEMIDA 10MG INJ	AMP	2000		0
9	GETAMICINA 40 MG INJ.	AMP	800		0
10	GETAMICINA 80 MG INJ.	AMP	800		0
11	GLICOSE 25% 10 ML INJ.	AMP	1000		0
12	GLICOSE 50% 10 ML INJ.	AMP	1000		0
13	HIDRALAZINA 20MG/ 1ML INJ.	AMP	800		0
14	HIDROCORTIZONA 100MG INJ.	AMP	2000		0
15	HIDROCORTIZONA 500MG INJ.	AMP	2000		0
16	IPRATRÓPIO GOTAS	FR	400		0
17	LIDOCAINA GELEIA	BISNAGA	200		0
18	SULFADIAZINA DE PRATA POMADA	BISNAGA	200		0
TOTAL					0

LOTE 16 - MEDICAMENTOS					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	ADENOSINA INJETÁVEL 6MG/2ML	AMP	400		0
2	CIMETIDINA 300 MG 2 ML INJ. 2 ML	AMP	1000		0
3	CLINDAMICINA 150 MG / ML / 2 ML INJ	AMP	600		0
4	CLINDAMICINA 150 MG / ML / 4 ML INJ	AMP	600		0

CPNJ: 06.748.297/0001-54

PRAÇA JOAQUIM FELIPE 15, CENTRO, ARNEIROZ - CEARÁ

CEP: 63.670-000 FONE: (88) 3419-1020



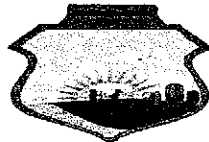
ARNEIROZ



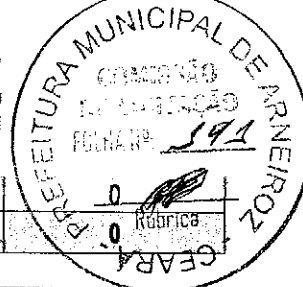
5	CLORAFENICOL 1G FRASCO INJ.	AMP	800		
6	CLORETO DE SÓDIO 0,9 % 10 ML INJ.	AMP	800		
7	COMPLEXO B INJ	AMP	2000		
8	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML INJ	AMP	1200		0
9	DEXAMETASONA 2MG	AMP	2000		0
10	DEXAMETASONA 4MG	AMP	4000		0
11	DICLOFENACO SODICO 75MG/ 3ML	AMP	4000		0
12	DIMEDRINATO +CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50 MG / 1 ML (IM) INJ (DRAMIM)	AMP	600		0
13	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ ML 2ML	AMP	4000		0
14	HEPARINA SÓDICA 5000 IU/ 5 ML INJ.	AMP	100		0
15	HEPARINA SUB. 5000 IU	AMP	100		0
16	IMUNOGLOBULINA ANTI-RH(D) 300 MG 2 ML INJETÁVEL (MATERGAM)	AMP	40		0
TOTAL					0

LOTE 17 - MEDICAMENTOS					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	CIPROFLOXACINO IV 500 MG / 100 ML INJ.	AMP	200		0
2	LIDOCAÍNA 2 % 20 ML S/ VASO	AMP	600		0
3	LIDOCAÍNA 2% 20 ML C/ VASO	AMP	1000		0
4	METOCLOPRAMIDA 10MG 2ML	AMP	2000		0
5	OMEPRAZOL 40 MG INJ.	AMP	400		0
6	OXACILINA 1 G IV PÓ INJ	AMP	2000		0
7	OXACILINA 500 MG PO IV INJ.	AMP	2000		0
8	OXITOCINA 5UI/ML 1ML	AMP	600		0
9	PENICILINA 1.200 MG PÓ INJ	AMP	400		0
10	PENICILINA G-BENZATINA 600.000UI	AMP	400		0
11	PENICILINA 400 MG PÓ INJ.	AMP	400		0
12	PROMETAZINA 50MG/2ML INJ.	AMP	2000		0
13	PROTAMINA 1000 USP/1 ML	AMP	800		0
14	RANITIDINA 50MG INJ. 2ML / 25 MG	AMP	2000		0
15	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% 10 ML	AMP	200		0
16	VANCOMICINA 1 G INJ	AMP	200		0
17	VANCOMICINA 500MG	AMP	240		0
18	VITAMINA C 500MG/ 5ML	AMP	2000		0
19	VITAMINA K 10MG INJ	AMP	2000		0
TOTAL					0

LOTE 18 - MEDICAMENTOS					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	SULFATO DE MORFINA 10 MG/1ML INJ	AMP	1000		0
2	DIAZEPAN 10MG INJ	AMP	1000		0
3	DIAZEPAN 5MG INJ	AMP	1000		0
4	DOLANTINA 50 MG / ML INJ. (DOLOSAL)	AMP	1000		0
5	FENOBARBITAL 100MG/ML 2ML	AMP	400		0
6	FENTANILA 50MG/ML	AMP	600		0
7	MIDAZOLAN 1MG/5ML INJ	AMP	400		0
8	MIDAZOLAN 5MG/10ML INJ	AMP	400		0
9	MIDAZOLAN 5MG/3ML INJ	AMP	400		0
10	PROPOFOL 10MG/ML 20ML INJ	AMP	50		0
11	SULFATO DE MORFINA 0,2 MG / ML S/ CONSERVANTE 2 ML (DIMORF)	AMP	400		0



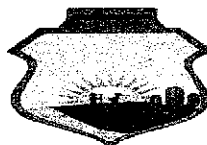
ARNEIROZ



12	TRAMADOL 50MG/ML	AMP	1000	
TOTAL				

LOTE 19 - ODONTOLÓGICO					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	PONTA DIAMANTADA DE AR ESFÉRICA 1012	UND	60		0
2	BROCA CARBIDE ENDOZ	UND	60		0
3	BROCA DE AR ACABAMENTO DE RESINA N° 1111FF	UND	60		0
4	BROCA DE AR ACABAMENTO DE RESINA N° 3118FF	UND	60		0
5	BROCA DE AR ACABAMENTO DE RESINA N° 3195 FF	UND	60		0
6	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO N°2	UND	20		0
7	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO N°3	UND	20		0
8	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO N°4	UND	20		0
9	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO N°5	UND	20		0
10	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO N°6	UND	20		0
11	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO N°8	KIT	20		0
12	PONTA DIAMANTADA 1111FF	UND	60		0
13	PONTA DIAMANTADA 3195FF	UND	60		0
14	PONTA DIAMANTADA DE AR CHAMA N° 3118 FF	UND	60		0
15	PONTA DIAMANTADA DE AR CILINDRICO, TOPO ARREDONDADO N° 3145	UND	60		0
16	PONTA DIAMANTADA DE AR CILINDRICO, TOPO PLANO N° 1092	UND	60		0
17	PONTA DIAMANTADA DE AR CÔNICA DUPLA N° 1046	UND	60		0
18	PONTA DIAMANTADA DE AR CÔNICA INVERTIDA N° 1033	UND	60		0
19	PONTA DIAMANTADA DE AR CÔNICA, TOPO EM CHAMA N° 3195 FF	UND	60		0
20	PONTA DIAMANTADA DE AR ESFÉRICA 1013	UND	60		0
21	PONTA DIAMANTADA DE AR ESFÉRICA 1014	UND	60		0
22	PONTA DIAMANTADA DE AR ESFÉRICA 1015	UND	60		0
TOTAL					0

LOTE 20 - ODONTOLÓGICO					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	ACIDO FOSFORICO GEL 37% 2% COM 03 SERINGAS DE 2,5ML	UND	400		0
2	ADESIVO PARA RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL	UND	80		0
3	AGULHA GENGIVAL CURTA CX/100	CX	70		0
4	AGULHA GENGIVAL LONGA CX/100	CX	70		0
5	ALGODÃO ROLETE CX/100	CX	400		0
6	ANESTÉSICO NOVOCOL CX 50 UNID	CX	120		0
7	ANESTÉSICO TÓPICO BENZOCAÍNA FRASCO COM 12G	CX	120		0
8	CIMENTO DE HIDROXIDO DE CÁLCIO	KIT	60		0
9	ESCOVA DE ROBSON PARA PROFILAXIA	UND	60		0
10	ESPELHO PLANO N°5	UN	60		0
11	FIO DENTAL 500 MT	UND	60		0
12	FLUOR GEL TÓPICO ACIDULADO 200ML	UND	70		0



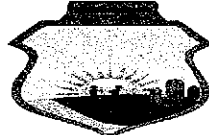
ARNEIROZ



13	FORMOCRESOL 10ML	FRS	40		
14	HEMOSTOP	FRS	40		
15	HIDROXIDO DE CÁLCIO EM PÓ 10G	UND	40		
16	IONÔMERO DE VIDRO KIT PÓ E LIQUIDO	CX	120		
17	IRM KIT PÓ E LIQUIDO	KIT	40		
TOTAL					0

LOTE 21 - ODONTOLÓGICO					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	LIMA TIPO KERR 1° SÉRIE (15X40) 25MM	UND	40		0
2	MICROBRUSH CX 100 UNID	CX	100		0
3	MOLDEIRAS DESCARTÁVEIS DUPLAS PARA FLUOR	UND	2000		0
4	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA CANETAS 200ML	FRS	100		0
5	PAPEL CARBONO	UND	80		0
6	PASTA PROFILÁTICA COM FLUOR 50G	UND	100		0
7	PEDRA POMES	UND	40		0
8	PELÍCULA RADIOGRÁFICA CX/150	CX	80		0
9	REMOVEDOR DE MANCHAS TARTANTE 30ML	CX	24		0
10	RESINA COMPOSTA MICROHÍBRIDA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A1	UND	80		0
11	RESINA COMPOSTA MICROHÍBRIDA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A2	UND	80		0
12	RESINA COMPOSTA MICROHÍBRIDA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3	UND	80		0
13	RESINA COMPOSTA MICROHÍBRIDA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR B1	CX	80		0
14	RESINA COMPOSTA MICROHÍBRIDA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR B2	CX	80		0
15	SELANTE RESINOSO	UND	40		0
16	SUGADOR ODONTOLÓGICO	PCT	400		0
17	TIRA DE MATRIZ AÇO 5MM X 500MM	UND	80		0
18	TIRAS DE LIXA METÁLICA	CX	80		0
19	TIRAS DE LIXA PARA RESINA COM 150 UNID	CX	80		0
20	VERNIZ FLUORETADO	UND	600		0
TOTAL					0

LOTE 22 - LABORATÓRIO					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	BEQUER 100 ML	UND	4		0
2	CAMARA DE NEUBAUER	UND	6		0
3	CONTADOR DE CELULAS SANGUINEAS MODELO CCS01 KACIL	UND	4		0
4	CRONOMETRO	UND	4		0
5	ESTANTE DE PLASTICO PARA TUBO DE HEMÓLISE	UND	8		0
6	LÂMINA LISA	CX	40		0
7	LAMINULA 22 X 22	CX	40		0
8	PERA PIPETADOR DE BORRACHA COM 03 VIAS	UND	6		0
9	PIPETA AUTOMÁTICA DE VOLUME DE 10 A 100UL	UND	6		0
10	PIPETA AUTOMATICA DE VOLUME DE 100 A 1000 UL	UND	6		0
11	PIPETA AUTOMÁTICA DE VOLUME FIXO 50 UL	UND	6		0
12	PIPETA DE WESTERFREEN	UND	60		0



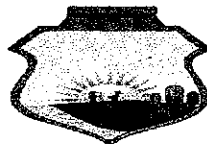
ARNEIROZ



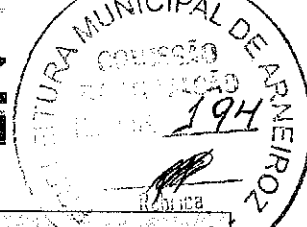
13	PIPETA VOLUME FIXO DE 10 UL	UND	6		
14	PIPETA VOLUMETRICA 01 ML	UND	20		
15	PIPETA VOLUMETRICA 05 ML	UND	20		
16	PIPETA VOLUMETRICA 10 ML	UND	20		
17	PISSETA	UND	4		
18	PLACA DE KLAINE	UND	8		
19	PONTEIRAS DE 10 A 100UL	UND	2000		
20	PONTEIRAS DE 100 A 1000UL	UND	2000		
21	PROVETA DE 100 ML	UND	10		
22	PROVETA DE 500 ML	UND	10		
23	SUORTE DE WESTERFREEN VHS	UND	6		
24	TEMPORIZADOR TIME MANUAL	UND	4		
25	TUBOS A VACUO PARA GLICOSE	UND	1000		
26	TUBOS A VACUO PARA HEMOGRAMA	UND	1000		
27	TUBOS CAPILARES SEM HEPARINA	UND	2000		
28	TUBOS CONICO PARA URINA DE PLASTICO	UND	200		
29	TUBOS PARA HEMÓLISE	UND	1000		
TOTAL					0

LOTE 23 - EQUIPAMENTO HOSPITALAR					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	CUBA REDONDA HOSPITALAR	UNID	10		0
2	CUBA RETANGULAR HOSPITALAR	UNID	10		0
3	CUBA RIM - AÇO INOX	UNID	10		0
4	PINÇA ANATÔMICA COM DENTE	UNID	20		0
5	PINÇA ANATÔMICA SEM DENTE	UNID	20		0
6	PINÇA COLLIN	UNID	10		0
7	PINÇA FOERSTER	UNID	10		0
8	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO CURVA	UNID	10		0
9	PINÇA HARTMANN (9 CM)	UNID	4		0
10	PINÇA KELLY (CURVA)	UNID	10		0
11	PORTA AGULHA	UNID	20		0
12	TESOURA DE MAYO	UNID	10		0
13	TESOURA ÍRIS DELICADA RETA (PONTA FINA)	UNID	20		0
14	TESOURAS (RETAS E CURVAS)	UNID	20		0
TOTAL					0

LOTE 24 - TESTE RAPIDO					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	KIT DE TESTE RÁPIDO, CAIXA COM 25 UNIDADES, DESTINADAS À DETECÇÃO QUALITATIVA ESPECÍFICA DE IGG E IGM PARA IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES COM CORONAVÍRUS, AUXILIANDO NA TRIAGEM E DIAGNÓSTICO DE PACIENTES SUSPEITOS DE INFECÇÃO POR SARS-COV-2, INDISPENSÁVEL AO CONTROLE EPIDEMIOLÓGICO. O MESMO DEVE TER COMPROVAÇÃO E APROVAÇÃO DA ANVISA	CX	200		0
2	KIT RAPIDO SWAB ANTÍGENO SARS-COV-2. DESCRIÇÃO: HASTE PLÁSTICA COM MEIO STUART. APLICAÇÃO: COLETA DE AMOSTRAS. CAIXA COM 25 UNIDADES, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	CX	100		0
TOTAL					0



ARNEIROZ



LOTE 25 - MEDICAMENTOS DIVERSOS					
ITEM	PRODUTO E ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	AEROLIN 100 MG COM ESPAÇADOR	CX	40		0
2	ALPRAZOLAN 2MG, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	200		0
3	ANLODIPINO 10MG, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	200		0
4	ATENOLOL 50 MG, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	200		0
5	ATESINA 0,2MG, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	200		0
6	CAPTOPRIL 50MG, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	200		0
7	CLENIL A 400MG/ML, CAIXA COM 10 FLACONETES 2ML	CX	40		0
8	CLINDAMICINA 300MG, CAIXA COM 16 COMPRIMIDOS	CX	100		0
9	CLORETO DE POTASSIO 600MG, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	60		0
10	DEXILANT 30MG, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	100		0
11	DEXILANT 60MG, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	100		0
12	DIPIRONA 1G, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	200		0
13	DOXASOZINA (DUOMO) 4MG, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	100		0
14	ESCITALOPRAN 20MG, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	100		0
15	ESPIROLACTONA 25 MG, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	100		0
16	FLUOXETINA 20MG, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	100		0
17	FUROSEMIDA 40MG, CAIXA CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	100		0
18	HIDRALAZINA 50MG (APRESSOLINA), CAIXA COM 20 COMPRIMIDOS	CX	100		0
19	IVERMECTINA 6MG, CAIXA COM 4 CPMPRIMIDOS	CX	60		0
20	ISODRIL 5MG, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	60		0
21	KOLLAGENASE POMADA	BISNAGA	60		0
22	LACTULOSE 667 MG/ ML	FRS	40		0
23	LAMOTRIGINA 10MG, CAIXA COM 30 COMRPIMIDOS	CX	60		0
24	LUFTAL 75MG/ML	FRS	40		0
25	MAGNEN B6, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	100		0
26	OLAZENPINA 10MG, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	60		0
27	PANTTOPRAZOL 20MG, CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS	CX	40		0
28	PARACETAMOL 750 MG, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	200		0
29	PIDOMAG B3, CAIXA COM 30 CPMPRIMIDOS	CX	100		0
30	RISPERIDONA 3MG, CAIXA COM 30 COMRPIMIDOS	CX	40		0
31	SOLIFENACINA 10MG, CAIXA COM 30 COMPMIDOS	CX	100		0
32	ZOLPIDEM 10MG, CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	CX	100		0
33	DESLORATADINA 0,5MG/ML	FRS	40		0
TOTAL					0

8.1. DO VALOR ESTIMADO

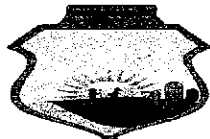
8.1.1. O valor estimado para contratação possuirá caráter sigiloso, fundamentado no art. 15, § 1º do Decreto Federal nº. 10.024/2019, e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.1.2. Sendo imediatamente tornado público somente após o encerramento da fase de lances (fundamentado no art. 15, § 2º do Decreto Federal nº. 10.024/2019).

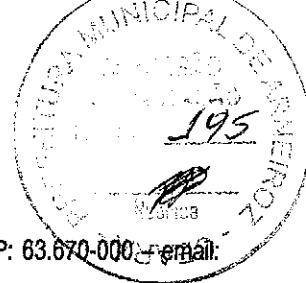
CPNJ: 06.748.297/0001-54

PRAÇA JOAQUIM FELIPE 15, CENTRO, ARNEIROZ - CEARÁ

CEP: 63.670-000 FONE: (88) 3419-1020



ARNEIROZ



9. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES:

9.1. Na Prefeitura Municipal de Arneiroz, localizada na Praça Joaquim Felipe, Nº 15, Centro, Arneiroz-Ce, CEP: 63.670-000 - email: licitacaoarneiroz@gmail.com Telefone (88) 3419-1020.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta das unidades orçamentarias abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	TIPO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	ÓRGÃO GERENCIADOR

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

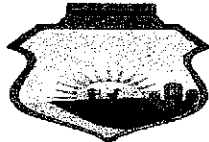
11.1. A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições.

Nos preços já estão inclusas todas as despesas tais como: despesa com funcionários, materiais utilizados, impostos, transportes, taxas ou outras.

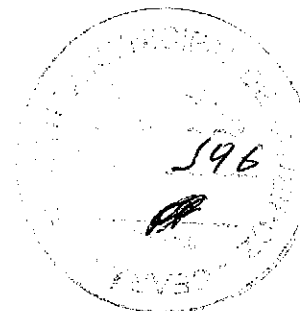
Atenciosamente,

Arneiroz-Ce, 28 de janeiro de 2022.


JOSÉ GOMES NOGUEIRA DA SILVA
Ordenador de Despesas Geral
Secretaria Municipal de Saúde



ARNEIROZ



ANEXO II - PROPOSTA PADRONIZADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022.01.27.1

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ-CE
Comissão de Pregão

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALAR, MEDICAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL E DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE DE ARNEIROZ, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO, CONFORME ANEXOS DESTE CERTAME.

LOTE ____

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$

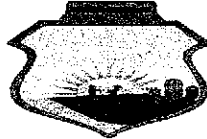
Validade da Proposta: 60 (Sessenta) dias;

O Licitante declara que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos, demais despesas que possam incidir sobre fornecimento licitado, inclusive a margem de lucro.

Local e data, ____ de ____ de 2022.

Assinatura

Observação 1: Por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante. (art. 30, § 5º do Decreto Federal nº. 10.024/2019)



ARNEIROZ



ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA:

a) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Arneiroz Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 70, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

b) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Arneiroz Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos;

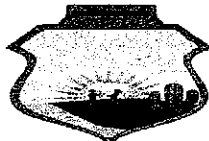
c) que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2º, da Lei n.º 8.666/93.

d) que, sob as penas da Lei, de que tem conhecimento de todos os parâmetros e elementos do produto a ser ofertado e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma o presente, sob as penas da Lei.

_____ (CE), _____ de _____ 20____.

DECLARANTE



ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2022 - SRP

Aos XX dias do mês de XXXX de 2022, o município de Arneiroz, inscrito no CNPJ Nº ____/____, com sede à _____, através da Secretaria Municipal de _____, sendo facultado seu uso pelos órgãos da administração direta e indireta, nos termos da Lei Federal Nº 8.666/93, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto Federal nº. 10.024/2019, de 20 de setembro de 2019, Decreto nº 9.486, de 30 de agosto de 2018 e Lei Complementar 123/2006 e alterações, e suas alterações, bem como pelas normas e condições estabelecidas, e em face a classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 2022.01.27.1 para a inclusão no Sistema de Registro de Preços, e HOMOLOGADO pela Secretaria RESOLVEM: registrar os preços para o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALAR, MEDICAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL E DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE ARNEIROZ, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, CONFORME ANEXOS DESTE CERTAME, por um período de 12 (doze) meses, tendo sido, o referido Menor Preço por Lote, oferecido pela(s) empresa(s), cujas propostas para os LOTES nº ____ foi classificada em 1º lugar o licitante vencedor _____, representada pelo Senhor Sr. _____, inscrito no CPF nº. _____, que entre si, justo e avançado a presente ata, devidamente precedida da licitação, realizada na modalidade PREGÃO, conforme o Processo nº 2022.01.27.1 pelas cláusulas e condições a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALAR, MEDICAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL E DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE ARNEIROZ, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, CONFORME ANEXOS DESTE CERTAME, de acordo com as exigências estabelecidas no Edital, constantes no Termo de Referência e nesta Minuta da Ata de Registro de Preço, por um período de 12 meses.

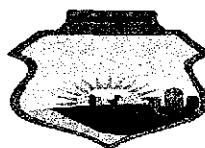
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES:

Subcláusula Primeira - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Efetuar o competente registro do(s) licitante(s) vencedor (es) e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços.
- b) Receber o FORNECIMENTO e encaminhar ao setor competente a correspondente Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, para fins de liquidação.
- c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com a forma e o prazo estabelecido na Ata de Registro de Preço.
- d) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar o FORNECIMENTO dentro das normas da Ata de Registro de Preço.
- e) Responsabilizar-se pela comunicação em tempo hábil do FORNECIMENTO a ser executado.
- f) Assegurar-se do bom FORNECIMENTO, verificando sempre o atendimento ao FORNECIMENTO.
- g) Acompanhar e fiscalizar a FORNECIMENTO, por meio de seu servidor especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, exigindo seu fiel e total cumprimento.
- h) Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos para o município de Arneiroz
- i) Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, inclusive quanto a não interrupção dos medicamentos fornecidos.
- j) Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências para o FORNECIMENTO referentes ao objeto, quando necessário.
- k) Prestar as informações e os esclarecimentos que sejam solicitados pelos empregados da CONTRATADA.
- l) Notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do FORNECIMENTO dos ITENS, fixando prazo para sua correção.

Subcláusula Segunda - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da convocação.
- b) indicar, no mínimo, um funcionário para acompanhar a execução do FORNECIMENTO, devendo constar nome completo, função, nº do Documento de Identidade e nº do CPF.
- c) realizar o objeto desta licitação, de acordo com o Edital, Termo de Referência e a proposta apresentada.
- d) O FORNECIMENTO dar-se-á após informação do município de Arneiroz para a CONTRATADA do quantitativo mediante ordem de FORNECIMENTO devidamente assinada pelo Secretário Responsável.



ARNEIROZ



- e) a empresa assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária e de acidente de trabalho e quaisquer outras relativas à pessoal.
- f) permitir a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do município de Arneiroz encarregada de acompanhar o FORNECIMENTO, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- g) prestar todos os esclarecimentos, solicitados pelo município de Arneiroz de forma clara, concisa e lógica, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.
- h) não transferir a terceiros, por qualquer forma, esta Ata de Registro de Preço, nem subcontratar qualquer parte do FORNECIMENTO a que está obrigada.
- i) manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação exigidas no Pregão.
- j) comunicar ao município de Arneiroz os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis da ocorrência, e apresentar documentos referentes à ocorrência dentro do prazo de 10 (dez) dias, para apreciação.
- l) fornecer o objeto conforme especificações e preços registrados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO:

Subcláusula Primeira - O pagamento será efetuado, no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, conferência da Nota Fiscal e o devido atesto, em moeda corrente nacional, por meio de Ordem Bancária, e de acordo com as condições constantes da proposta, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em 2 (duas) vias, correspondente à parte executada, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

Subcláusula Segunda - A Nota Fiscal deverá indicar o número da Nota de Empenho correspondente, os números da Conta Corrente, Agência e Banco, para a emissão da respectiva Ordem Bancária de Pagamento.

Subcláusula Terceira - Antes de efetuar todo e qualquer pagamento será verificada a regularidade da contratada, mediante consulta "on line", cujo documento será anexado ao processo de pagamento.

Subcláusula Quarta - Antes de efetuar qualquer pagamento será verificada a situação do licitante no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS**, cadastro este Criado pela Controladoria Geral da União, nos termos do Aviso-Circular nº 1/GM/CGU-PR, de 19 de janeiro de 2009, assinado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Controle e da Transparência.

Subcláusula Sexta - O pagamento poderá ser sustado pelo município de Arneiroz, Secretaria requisitante, caso ocorra inadimplemento das obrigações da CONTRATADA e/ou erros ou vícios na fatura, o que implicará na devolução do valor eventualmente pago.

Subcláusula Sétima - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência da ata de registro de preços.

CLAUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

Subcláusula Primeira- Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Subcláusula Segunda- Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Subcláusula Terceira- Os órgãos usuários não serão obrigados a contratar o FORNECIMENTO registrados dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para o FORNECIMENTO pretendido, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de FORNECIMENTO em igualdade de condições.

Subcláusula Quarta - O município de Arneiroz através da Secretaria indicada será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para o qual será emitido o pedido.

Subcláusula Quinta - Será de inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do registro, a emissão dos Pedidos de FORNECIMENTO, cabendo aos mesmos todos os atos de administração junto aos fornecedores. Os pedidos serão formalizados por intermédio de empenho, quando a FORNECIMENTO for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou por empenho e Ata de Registro de Preço (se houver) de FORNECIMENTO nas hipóteses que se fizerem necessárias cláusulas de obrigações futuras.



ARNEIROZ



Subcláusula Sexta: As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes (Conforme art. 1º § 3º do Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018).

Subcláusula Sétima: O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. (Conforme art. 1º § 4º do Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018).

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:

- 5.1. Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta;
- 5.2. Consultar previamente a administração do município de Arneiroz, objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;
- 5.3. Verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando o município de Arneiroz eventuais desvantagens verificadas;
- 5.4. Encaminhar a administração do município de Arneiroz cópia da respectiva nota de empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, bem como as informações sobre a contratação efetivamente realizada; e
- 5.5. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente Ata, informando a administração do município de Arneiroz qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 6.1. A Ata de Registro de Preços vigorará a partir da data de sua assinatura por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 7.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá as secretarias contratantes competindo-lhe:

- a) efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações dos PRODUTOS registrado;
- b) monitorar, pelo menos trimestralmente, os preços dos PRODUTOS, de forma a avaliar o mercado, podendo rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos PRODUTOS registrados;
- c) notificar o fornecedor registrado via fax ou telefone, para retirada da nota de empenho;
- d) observar, durante a vigência da presente ata que nas aquisições sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;
- e) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- f) consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em prestar o FORNECIMENTO a outro órgão da Administração Pública que extorne a intenção de utilizar a presente Ata;
- g) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata, bem como comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas.

Subcláusula Primeira – As pesquisas de mercado, atendendo à conveniência e ao interesse público, poderão ser realizadas por entidades especializadas, preferencialmente integrantes da Administração Pública, assim como ser utilizadas pesquisas efetuadas por órgãos públicos.

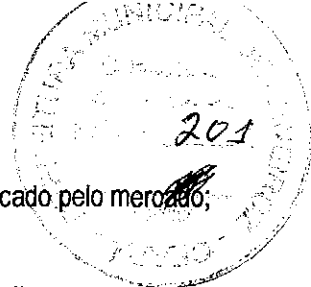
CLÁUSULA OITAVA – DOS PREÇOS REGISTRADOS:

- 8.1. Os preços registrados, a especificação dos PRODUTOS, o quantitativo, as empresas fornecedoras e o nome do representante legal são os constantes do Modelo de Proposta e Anexo I desta ata de registro de preços;

- 8.2. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:



- I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLAUSULA NONA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

9.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com característica de compromisso para futuro fornecimento, terá a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Subcláusula Única - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município de Arneiroz não será obrigada a contratar o fornecimento disposto na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à contratante, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. O município de Arneiroz poderá ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à contratada, neste caso, o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO:

10.1. O município de Arneiroz será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para o qual será emitido o pedido.

Subcláusula Primeira - Será de inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do registro, a emissão dos Pedidos de fornecimento, cabendo aos mesmos todos os atos de administração junto aos fornecedores. Os pedidos serão formalizados por intermédio de empenho, quando a fornecimento for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou por empenho e Ata de Registro de Preço (se houver) de fornecimento nas hipóteses que se fizerem necessárias cláusulas de obrigações futuras.

Subcláusula Segunda - A Administração não emitirá qualquer Pedido de fornecimento sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

Subcláusula Terceira - O extrato do contrato, quando realizado, será, em qualquer hipótese, publicado na imprensa oficial, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data da fornecimento ao licitante ou, quando for o caso, da assinatura da Ata de Registro de Preço de fornecimento.

Subcláusula Quarta - O Pedido de fornecimento será formalizado por intermédio de:

- a) Nota de empenho e autorização de fornecimento se o fornecimento for de uma só vez; ou Ata de Registro de Preço (se houver), no caso de existirem obrigações futuras;
- b) Fornecedor/prestador de serviços ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata, mesmo que a fornecimento esteja prevista para data posterior à do seu vencimento;
- c) Somente quando o licitante registrado em primeiro lugar não se dispuser a realizar o fornecimento adicional a órgão ou entidades que não tenham participado do certame licitatório, será indicado o segundo classificado, e assim sucessivamente.

Subcláusula sexta - O fornecimento do objeto desta Ata de RP não poderá ultrapassar o limite máximo previsto no Termo de Referência, no período de 12 meses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA E DO RECEBIMENTO:

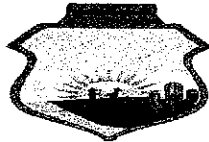
Os ITENS serão:

a) **Recebidas provisoriamente**, por intermédio de um responsável a ser designado pela Secretaria requisitante para posterior comprovação da conformidade e quantidade do objeto com as especificações constantes na Ordem de FORNECIMENTO;

b) **Recebidas definitivamente**, após comprovação da compatibilidade dos itens com as especificações e conseqüente aceitação, impreterivelmente no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de fornecimento;

c) **Rejeitadas**, quando em desacordo com o estabelecido no presente Termo de Referência do Edital convocatório.

Subcláusula Primeira - Ainda que os itens sejam recebidas em caráter definitivo, subsistirá, na forma da Lei, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e segurança dos mesmos.



Subcláusula Segunda - Os itens deverão ser prestados com validade mínima de 60 (sessenta) dias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho;

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES:

Subcláusula Primeira: Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata de Registro de Preços, a Administração garantirá o contraditório a ampla defesa antes de aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no Edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;

c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, no caso de inexecução total ou parcial do fornecimento, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

d) Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Federal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa contratada ressarcir o município de Arneiroz pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "d". Referida penalidade é de competência do município de Arneiroz.

f) As penalidades previstas nas alíneas "d" e "e" poderão ser aplicadas ao fornecedor que tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, tenha praticado ato ilícito visando a frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

g) Ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou municípios e, será excluída do Sistemas de Cadastramento de Fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei 10.520/2000, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa e do contraditório, quem:

1- convocado no prazo de validade da sua proposta não assinar a ata de RP, no prazo previsto neste edital.

2- Ensejar o retardamento da execução do objeto desta Ata de Registro de preços;

3- Não mantiver a proposta, injustificadamente;

4- Comportar-se de modo inidôneo;

5- Deixar de fornecimento ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

6- Cometer fraude fiscal;

7- Falhar ou fraudar na execução deste Pregão.

h) Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas na condição anterior:

1- Pelo fornecimento desconforme com o especificado e aceito.

2- Pela não execução no prazo estipulado do fornecimento rejeitado pelo município de Arneiroz.

3- Pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste Pregão.

Subcláusula Segunda - Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula Terceira - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo município de Arneiroz, em relação a um dos eventos arrolados na alínea "g", a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

Subcláusula Quarta - As sanções previstas na alínea "g" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, elencadas nas alíneas "b" e "c" da subcláusula primeira, descontando dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONTROLE E ALTERAÇÕES DE PREÇOS:

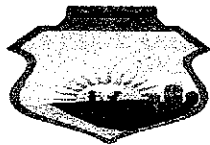
13.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços os preços registrados serão fixos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR NA ATA DE PREÇOS:

14.1. A CONTRATADA terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

A pedido;

a) Comprovar está o fornecedor impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;



- b) Seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecúvel em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material;
- c) Quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no Art. 78, incisos XIV, XV e XVII da Lei nº 8.666/93;

Subcláusula Primeira – Ocorrendo o cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da Ata.

Subcláusula Segunda – A solicitação do fornecedor para o cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo município de Arneiroz, facultando-se a esta, aplicação das penalidades previstas na Ata.

Subcláusula Terceira – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao Registro.

14.2. Por iniciativa do município de Arneiroz:

- a) A CONTRATADA não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) A CONTRATADA perder qualquer condição de habilitação exigida no Pregão para Registro de Preços;
- c) Por razões de interesse público devidamente motivado e justificado;
- d) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da nota de empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

15.1. Os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I - Por iniciativa da Administração:

- a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da nota de empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- b) Se os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado;
- c) Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

Subcláusula Primeira - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nos subitem anteriores será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

Subcláusula Segunda - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

Subcláusula Terceira - A solicitação da contratada para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO:

16.1. O fornecimento decorrente do presente instrumento será acompanhado e fiscalizado por um representante especialmente designado para esse fim a ser oportunamente indicado pela Secretaria Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência ao município de Arneiroz, como também fiscalizar o fornecimento, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer FORNECIMENTO que esteja em desacordo com o presente Pregão, de acordo com o estabelecido no art. 67 e parágrafos, da Lei 8.666/93 e demais alterações.

Subcláusula Primeira - A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destas, não implica em co-responsabilidade da município de Arneiroz ou de seus agentes e prepostos (art. 70, da Lei nº 8.666/93).

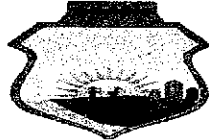
Subcláusula Segunda – O fornecimento dar-se-á de acordo com a necessidade do município de Arneiroz e será faturado em conformidade com a Ordem de serviços.

Subcláusula Terceira - A execução do fornecimento deverá obedecer rigorosamente às técnicas apropriadas, utilizando-se sempre, para esse efeito, de pessoal qualificado integrante do quadro da CONTRATADA.

Subcláusula Quarta - O prazo máximo para atendimento aos chamados será de 72 (setenta e duas) horas, após o recebimento da Ordem de fornecimento.

Subcláusula Quinta – A Ordem de fornecimento deverá ser entregue à CONTRATADA, no local estipulado na Proposta de Preços, durante horário comercial.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



ARNEIROZ



17.1. O Sistema de Registro de Preços independe de previsão orçamentária. Isso porque não há obrigatoriedade de contratação, portanto não há necessidade de se demonstrar a existência de recurso. Com base no art. 7º, § 2º do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, preceitua: "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil".

Subcláusula Única - As despesas do exercício subsequente correrão à conta da dotação consignada para esta atividade, ficando adstritas ao respectivo crédito orçamentário.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO:

Subcláusula Primeira - O inadimplemento de cláusula estabelecida nesta Ata de Registro de Preços, por parte do fornecedor, assegurará ao município de Arneiroz o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

Subcláusula Segunda - Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei 8.666/93, constituem motivos para a rescisão da contratação:

a) atraso injustificado no fornecimento, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao município de Arneiroz;

b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do município de Arneiroz.

Subcláusula Terceira - Nos casos em que o fornecedor sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação desta contratação desde que a execução da presente Ata não seja afetada e que o fornecedor mantenha o fiel cumprimento dos termos deste documento e as condições de habilitação.

Subcláusula Quarta - O município de Arneiroz é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO:

19.1. O município de Arneiroz providenciará a publicação resumida desta Ata trimestralmente, nos termos do art. 15, § 2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS:

20.1. Fica estabelecido que caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Edital, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Pregão, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO:

21.1. As questões decorrentes da utilização desta Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no município de Arneiroz, Seção Judiciária do Estado do Estado de Ceará.

E, por estarem de acordo, lavrou-se este termo, em 02 (dois) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, abaixo assinadas e arquivado neste Município, conforme dispõe o artigo 60, da Lei nº 8.666/93.

Arneiroz-Ce, ____ de _____ de 2022.

Nome do Ordenador de Despesa

Ordenador de Despesas

Sec. ou Fundo de _____
CONTRATANTE

Nome da Empresa

Cnpj:

CONTRATADO

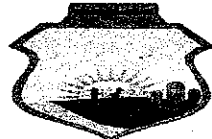
TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____
2. _____ CPF: _____

CPNJ: 06.748.297/0001-54

PRAÇA JOAQUIM FELIPE 15, CENTRO, ARNEIROZ - CEARÁ

CEP: 63.670-000 FONE: (88) 3419-1020



ARNEIROZ

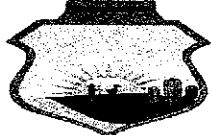


ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2022.01.27.1

RELAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS INTERESSADAS

1. SECRETARIA DE _____

ORDENADOR DE DESPESAS: _____



ARNEIROZ



ANEXO II DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2022.01.27.1

RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES COM PREÇOS REGISTRADOS

01. RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

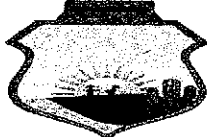
E-MAIL:

TELEFONE:

REPRESENTANTE:

RG: CPF:

BANCO: AGÊNCIA: CONTA CORRENTE:



ARNEIROZ



ANEXO III DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2022.01.27.1

REGISTRO DE PREÇOS UNITÁRIOS, ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS, QUANTITATIVOS MARCAS E EMPRESAS FORNECEDORAS

Arneiroz-Ce, __ de ____ de 2022.

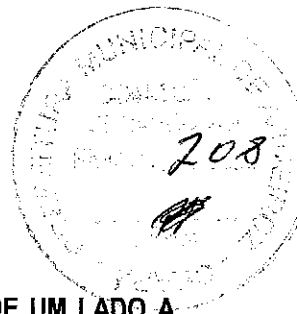
Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº ____, celebrada entre o município de Arneiroz e as Empresas cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do Pregão Eletrônico nº 2022.01.27.1.

LOTE __

LICITANTE VENCEDOR: _____, CNPJ Nº _____						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR. UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
VALOR TOTAL DO LOTE __ R\$						



ARNEIROZ



ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE _____ E DO OUTRO LADO, A EMPRESA _____, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

O Município de Arneiroz, pessoa jurídica de direito público interno, através da Secretaria da _____ com sede à Rua _____, nº __, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada pelo Ordenador de Despesas da Secretaria da _____, Sr. _____, inscrita no CPF nº _____, doravante denominados de **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, portador(a) do CPF nº _____, apenas denominada de **CONTRATADA**, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. O presente contrato fundamenta-se nas disposições no Decreto 10.024/2019, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal Nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e do Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002) e as exigências estabelecidas neste Edital, nos termos do Pregão Eletrônico nº 2022.01.27.1, e resultado da licitação, devidamente homologada por seu Ordenador de Despesas, com base na proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste contrato independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALAR, MEDICAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL E DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE DE ARNEIROZ, JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO, CONFORME ANEXOS DESTE CERTAME, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante no Anexo I do edital e da proposta adjudicada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DOS BENS

3.1. O objeto desta licitação deverá ser entregue em **05 (cinco) dias corridos**, contados a partir da emissão da ordem de compra, em atendimento às necessidades do órgão contratante, conforme as condições estabelecidas no Anexo I = Termo de Referência do edital de **PREGÃO ELETRONICO Nº 2022.01.27.1**.

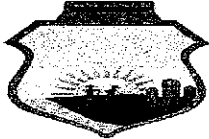
PARÁGRAFO PRIMEIRO

A entrega do objeto deste contrato dever ser feita no local indicado pela Secretaria Contratante, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os bens deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte, carga e descarga, assinalando-se na embalagem marca, destino, quando for o caso, e as demais características que os identifique. Deverão acompanhá-los 02 (duas) vias da fatura comercial com as suas especificações detalhadas ou documento equivalente, necessário à conferência dos bens.

PARÁGRAFO TERCEIRO



ARNEIROZ



Os equipamentos deverão ser entregues pela CONTRATADA e estarem em plena condição de consumo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da ordem de compra de que trata a Cláusula Terceira.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente em até 10 (dez) dias corridos, contados da data da entrega dos bens, no local e endereço indicado pela Secretaria Contratante. Nos moldes do termo de Referência – Anexo I do edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do CPF, emitido pela Secretaria Contratante, do servidor do CONTRATANTE responsável pelo recebimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Constatadas irregularidades no objeto contratual, o CONTRATANTE poderá:

1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
2. Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
3. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
4. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto ou Recibo, na forma prevista no parágrafo terceiro da cláusula terceira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco indicado na Nosta Fiscal, juntamente com os dados bancários.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

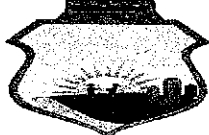
6.1. O contrato terá vigência até 31 (trinta e um) dezembro de 2022, contados da data da assinatura deste termo de contrato. Podendo ser aditivado, conforme art. 57 da Lei 8.666/93, dentro do ano orçamentário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: DAS ALTERAÇÕES

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada a alteração do OBJETO.

A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira prevista neste Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA SETIMA – DO VALOR DO CONTRATO E DOS RECURSOS



ARNEIROZ



7.1. O valor do presente contrato é de R\$ _____ (_____) e onerará recursos orçamentários na Dotação Orçamentária: _____. Elemento de Despesas: _____. Fonte de Recursos: _____

PARÁGRAFO ÚNICO – DO REAJUSTE

O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste, pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados com base no índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1. Além das obrigações constantes em cláusulas próprias deste contrato, do Edital de Licitação e seus anexos, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe à CONTRATADA:

- a. Designar, por escrito, o funcionário responsável para resolução de eventuais ocorrências durante a execução deste contrato, dos bens adquiridos;
- b. Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários.
- c. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do contrato, tais como transportes, frete, carga e descarga etc.
- d. Cumprir as posturas do Município e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do contrato;
- e. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;
- f. Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do contrato;
- g. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;
- h. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/93;
- i. Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observação realizadas pela CONTRATANTE;
- j. Oferecer garantia mínima de 12 (doze) meses, contra quaisquer defeitos de fabricação.
- l. Aceitar acréscimos e supressões que se fizerem necessário para plena execução do objeto, conforme art. 65 da Lei 8.666/93.
- m. Bem como as obrigações previstas no Termo de Referência – Anexo I do edital.

CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1. Sem prejuízo do integral do cumprimento de todas as obrigações decorrentes das disposições deste contrato, cabe ao CONTRATANTE:

- a. Indicar formalmente o funcionário responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- b. Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhe acesso às suas instalações;
- c. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados;
- d. Bem como as obrigações previstas no Termo de Referência – Anexo I do edital.

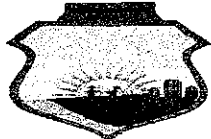
CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte.

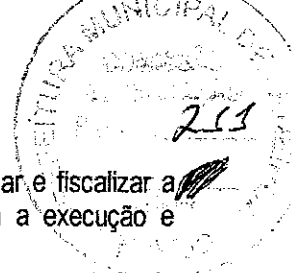
CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da entrega dos bens licitados e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.



ARNEIROZ



11.2.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.3. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do fornecimento e do contrato.

11.4. A verificação da adequação da execução do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos anexos do edital.

11.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do fornecimento, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução do fornecimento deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no edital e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso, conforme o caso.

11.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.8. Para tanto, conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

11.9. Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização.

11.10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, bem como a falta de recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.11. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à execução do fornecimento alocada.

11.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.13. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações, trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO

12.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do município de Arneiroz, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002.

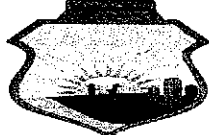
PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os procedimentos para aplicação da penalidade de que trata o "caput" desta cláusula, serão conduzidos no âmbito do Órgão Gerenciador e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Sem prejuízo da aplicação da penalidade de que trata o "caput" desta cláusula, poderão ser aplicadas as multas conforme legislação vigente.

PARÁGRAFO TERCEIRO



ARNEIROZ



Os procedimentos para aplicação das multas de que trata o parágrafo segundo desta cláusula, serão conduzidos no âmbito da Unidade Contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente da mesma Unidade, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO

As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

PARÁGRAFO QUINTO

O CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar do valor das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

13.1. Este contrato poderá ser rescindido na forma, pelos motivos e com as consequências previstas nos artigos 77 a 80, e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO

A Contratada reconhece, desde já, os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Fica ajustado, ainda, que:

1. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a) o Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2022.01.27.1 e anexos;
- b) a proposta apresentada pela CONTRATADA;
- c) Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

14.2. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca do município de Arneiroz.

E assim, por estarem as partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

XXXXXXXXX
Ordenador de Despesas da
Secretaria de _____
CONTRATANTE

XXXXXXXXX
Razão Social
CONTRATADA

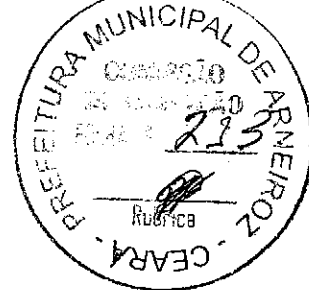
TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF Nº: _____

2. _____
CPF Nº: _____



ARNEIROZ



ANEXO I DO CONTRATO

LOTE __

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR. UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
VALOR TOTAL DO LOTE __ R\$						